



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2010

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2010



ÍNDICE

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE	6
NOTA INTRODUTÓRIA	9
ÂMBITO	9
ESTRUTURA	10
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	10
CONTACTOS	11
1. A SANEST	12
1.1. APRESENTAÇÃO GERAL	14
1.1.1. ONDE ESTAMOS	15
1.1.2. QUEM SOMOS	15
1.1.3. O QUE FAZEMOS	15
1.1.3.1. A Nossa Política de Gestão	16
1.1.3.2. Missão, Visão e Valores	16
1.1.3.3. Cumprimento da Missão	18
1.2. O SISTEMA DE SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL	21
1.3. O GOVERNO SOCIETÁRIO	25
1.3.1. ÓRGÃOS SOCIAIS	26
1.3.2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	30
1.3.3. FERRAMENTAS DE BOM GOVERNO	31
1.3.3.1. Código de Conduta e Ética	31
1.3.3.2. Manual de Governo da Sociedade	31
1.3.3.3. Manual de Delegação de Competências	31
1.3.3.4. Gestão de Risco	31
1.4. O ANO DE 2010	35
2. O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE	36
2.1. A ESTRATÉGIA	39
2.2. ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS	43
3. AS SIMBIOSES	46
3.1. EM SIMBIOSE COM O AMBIENTE	51
3.1.1. PRINCÍPIOS, COMPROMISSOS E METAS	51
3.2. EM SIMBIOSE COM OS ACCIONISTAS E COLABORADORES	63
3.2.1. PRINCÍPIOS, COMPROMISSOS E METAS	63
3.2.2. EM SIMBIOSE COM OS ACCIONISTAS	65
3.2.3. EM SIMBIOSE COM OS COLABORADORES	69
3.3. EM SIMBIOSE COM A COMUNIDADE	81
3.3.1. PRINCÍPIOS, COMPROMISSOS E METAS	81
4. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	94

MENSAGEM DO PRESIDENTE

FORTE EMPENHO DA EMPRESA NA CONCRETIZAÇÃO DO COMPROMISSO ASSUMIDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENVOLVENDO A SANEST, COMUNIDADE E REstantes STAKEHOLDERS

A SANEST publica pela segunda vez consecutiva o seu relatório de Sustentabilidade no qual foram seguidas as Directrizes da Global Reporting Initiative na sua terceira versão (GRI 3) e os referenciais da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) sendo, desta forma, garantidos os indicadores de reporting e da actividade. Foram igualmente consideradas as orientações de gestão da Tutela (Ministério das Finanças e da Administração Pública e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), nomeadamente o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) e o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

O Relatório foi sujeito a verificação por parte de Entidade Auditora Externa independente, tendo-se obtido um nível de aplicação das directrizes GRI de A+.

A SANEST tem por Missão assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, na qualidade de concessionária do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE), a recolha, o transporte, o tratamento e a rejeição de efluentes canalizados pelos Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, para tanto estando incluídas no seu objecto social a construção, manutenção e renovação das infra-estruturas do Sistema contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da água das praias e das ribeiras, na área de influência do Sistema numa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.

O conteúdo deste Relatório retrata o desempenho da Empresa no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010.

A estratégia de Sustentabilidade da SANEST baseia-se na criação, fomento e manutenção de Simbioses com os Accionistas e Colaboradores, com a Comunidade em si, com o Ambiente e com as demais Partes Interessadas, com as quais tem uma relação de estreita interdependência, apresentando-se no presente Relatório os indicadores considerados mais relevantes para cada um dos princípios.

Para cada desafio da estratégia é apresentada a interpretação da Empresa, assim como os princípios orientadores da actuação e os respectivos compromissos.

O presente documento demonstra o desempenho da Empresa nas várias facetas inerentes à sua actividade, como sejam as componentes ambiental, social, económica, segurança, saúde e qualidade do serviço. Para além de corresponder a uma avaliação de desempenho em determinado espaço de tempo permite também estabelecer novos objectivos numa procura contínua de excelência do serviço.

Refira-se que durante todo o ano 2010 as novas instalações mantiveram-se em pré-arranque envolvendo uma grande parte dos meios humanos da empresa, prevendo-se que a fase de arranque ocorra no segundo semestre de 2011 fase em que se ajustará o funcionamento dos órgãos de forma a garantirem o cumprimento dos parâmetros fixados na Licença de Descarga. Por esta razão nos valores reportados não se consideraram valores associados à Beneficiação do Tratamento, nos termos e conforme estabelecido nos documentos orientadores de suporte à estrutura de cômputo dos Indicadores de Sustentabilidade.

Em termos de balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 2010 considera-se ser de realçar os seguintes aspectos positivos e que em muito contribuíram para a sustentabilidade da empresa:

- Conclusão da primeira fase do projecto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de

gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objectivos com os riscos e respectivos controlos em vigor na Empresa;

- Manutenção da Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007;
- Implementação e desenvolvimento do Sistema de Responsabilidade Social com vista à Certificação à luz dos referenciais da SA 8000:2008;
- Adaptação e desenvolvimento do programa NAVIA para a gestão de operações nas várias vertentes do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (Recolha e Transporte, Monitorização, Elevação e Tratamento);
- Execução da empreitada de Beneficiação da Descarga de Emergência da Falésia;
- Continuação da monitorização da qualidade da água das praias, ribeiras e do meio receptor na área de dispersão do efluente tratado;
- Adopção do novo normativo contabilístico IAS/IFRS para apresentação das contas estatutárias de 2010, com a inerente conversão do ano de 2009;

Tudo isto só foi possível com o forte empenho do Conselho de Administração no compromisso assumido de implementação de uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável envolvendo a própria Empresa e a Região onde está inserida. Importante foi também o apoio do Concedente, Regulador, Accionistas e Fomecedores e a dedicação e entusiasmo de todos os Colaboradores.



Arnaudo Pêgo
Presidente do Conselho de Administração
SANEST, S.A.



ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO, AMBIENTAL E SOCIAL DA **SANEST**



NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2010 elaboramos o primeiro Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2009, iniciando, assim, o primeiro relato consolidado do desempenho económico e ambiental da SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A. (SANEST).

Este primeiro Relatório de Sustentabilidade da SANEST foi aprovado em 30 de Junho de 2010 pelo Conselho de Administração, tendo sido publicado e divulgado às Partes Interessadas no segundo Semestre de 2010.

Este ano, 2011, apresentamos o nosso primeiro relatório verificado onde fazemos uma análise do desempenho económico, ambiental e social da SANEST face aos compromissos que assumimos em 2010 em matéria de sustentabilidade.

A SANEST apresenta, no seu segundo Relatório de Sustentabilidade, a sua estratégia e o seu compromisso com o Desenvolvimento Sustentável desenvolvendo um processo de consolidação da prática de relato global.

ÂMBITO

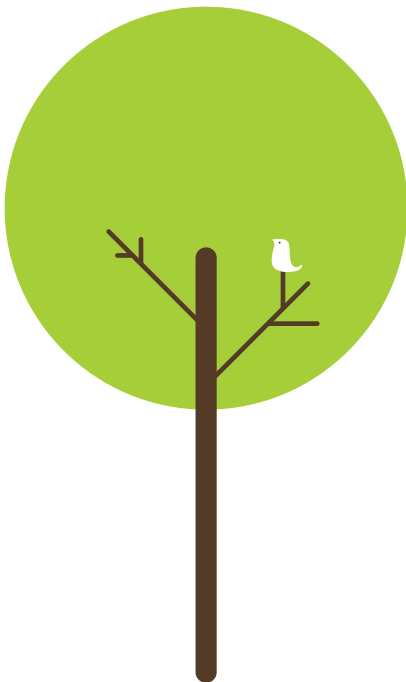
Com a elaboração do seu Relatório de Sustentabilidade a SANEST pretende transmitir a todos os interessados o desempenho da Empresa, na sua componente global, no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010, sendo portanto o ciclo de reporte anual. Pontualmente, serão reportadas práticas da Empresa anteriores ou posteriores relativamente ao ano referenciado.

No cálculo dos valores reportados não se consideraram valores associados à Beneficiação do Tratamento por esta se encontrar ainda em fase de pré-arranque, nos termos e conforme estabelecido nos documentos orientadores de suporte à estrutura de cômputo dos Indicadores de Sustentabilidade (excepção feita para os indicadores económico-financeiros, de forma a garantir correspondência com as demonstrações financeiras e em indicadores pontuais que o refiram explicitamente).

Efectivamente a conclusão da Empreitada da Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia e o seu conseqüente pleno funcionamento constitui um dos maiores desafios da SANEST, bem como o principal factor para o desenvolvimento e concretização da sua estratégia de Sustentabilidade.

Apesar de em 2010 se ter dado inicio aos primeiros ensaios dos equipamentos e se ter iniciado o pré-arranque de alguns órgãos, o inicio da fase de arranque só deverá ocorrer no decurso do segundo semestre de 2011, fase em que se ajustará o funcionamento dos órgãos de forma a garantirem o cumprimento dos parâmetros fixados na Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais e para Ocupação de Domínio Público Hídrico, emitida pela Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., em 12 de Outubro de 2010.

Não obstante esta licença estabelecer os parâmetros e respectivos valores limites de emissão, a cumprir pela SANEST, para a descarga do efluente, estes só serão aplicáveis, conforme dispõe o seu anexo II, a partir da data de entrada em pleno funcionamento da instalação a qual ocorrerá com o inicio da fase de arranque da instalação.



Por outro lado e porque a nossa estratégia de futuro inclui o reaproveitamento energético e de resíduos, com reutilização de águas tratadas, valorização de lamas e produção de biogás e electricidade, a conclusão da Empreitada da Beneficiação do Tratamento da ETAR da Guia permitirá à SANEST a concretização destes objectivos, fundamentais na sua estratégia de sustentabilidade porque só assim se diminui não só a deposição em aterro, como os níveis de emissões de dióxido de carbono (CO₂), alinhando o funcionamento do sistema com as necessidades de uma economia sustentável e de um planeta protegido.

ESTRUTURA

O relatório considera a estrutura estabelecida pela AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) e está organizado da seguinte forma:

Enquadramento estratégico: apresentação geral e o governo societário.

O caminho da Sustentabilidade: a estratégia de Sustentabilidade e o envolvimento das partes interessadas.

Desempenho: capítulos que respondem aos principais desafios identificados na estratégia. Nestes capítulos – intitulados "Em Simbiose..." – são apresentados em detalhe os princípios, os compromissos, as práticas e ainda os indicadores-chave de desempenho.

A elaboração deste relatório teve como base a GRI - Global Reporting Initiative, linhas de orientação G3 e os referenciais da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), sendo desta forma garantidos os indicadores de reporting e da actividade.

Foram igualmente consideradas as orientações de gestão da tutela (Ministério das Finanças e da Administração Pública e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), nomeadamente o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) e o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO

O documento foi sujeito a verificação por parte de Entidade Auditora Externa independente, tendo-se obtido um nível de aplicação das directrizes GRI de A+.

Nível de Aplicação GRI	C	C+	B	B+	A	A+
Auto-declarado						X
Examinado por terceiros						X

CONTACTOS

Para esclarecimentos adicionais ou envio de sugestões agradecemos que utilize os seguintes contactos:

SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A.

Área de Sistema de Responsabilidade Empresarial

Rua Flor da Murta, Paço de Arcos

Tel.: 214462100 e Fax: 214462270

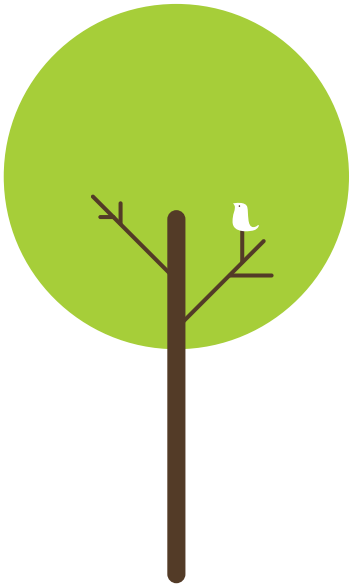
e-mail: sanest@sanest.pt

Informação complementar encontra-se disponível no Relatório e Contas de 2010 e no sítio da Internet da empresa www.sanest.pt





1.
A SANEST





1. A SANEST

1.1. APRESENTAÇÃO GERAL

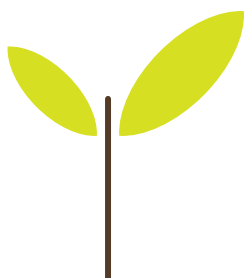
1.1.1. ONDE ESTAMOS

Estamos situados e operamos em Portugal, na zona Ocidental da Grande Área Metropolitana de Lisboa, abrangendo os Municípios da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra.

A SANEST tem a sua sede na Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia (ETAR da Guia), localizada em Cascais e os nossos Serviços Centrais estão localizados em Paço de Arcos, no Palácio Flor da Murta.

A ETAR da Guia é composta por duas Fases com localizações distintas:

- A Fase Líquida na estrada de ligação entre Cascais e o Guincho; e
- A Fase Sólida no Outeiro da Lota, também em Cascais



1.1.2. QUEM SOMOS

Somos uma sociedade anónima de capitais públicos (criada pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de Junho), responsável pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, em regime de concessão, até ao ano de 2020.

A SANEST integra o Grupo Águas de Portugal, o qual é o maior grupo empresarial do sector do Ambiente em Portugal. Foi criado em 1993 e assume uma função estruturante, contribuindo para a gestão dos recursos disponíveis no País e para a prossecução de políticas públicas e dos objectivos nacionais no domínio do ambiente.

O capital social da SANEST é detido, maioritariamente, pela AdP e os restantes 49% do capital pelos Municípios, que assumem, ao mesmo tempo, a dupla qualidade de utilizador/cliente e Accionista.

1.1.3. O QUE FAZEMOS

A SANEST exerce a sua actividade há mais de 15 anos, contribuindo activamente para a boa qualidade, ao longo de todo o ano, da água das praias da Costa do Estoril.

A actividade da Concessão compreende:

“A recolha de efluentes canalizados pelos Serviços Municipais competentes e o respectivo tratamento e rejeição”

e inclui

- A concepção e construção nos termos do projecto global;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios receptores em que os mesmos sejam descarregados.

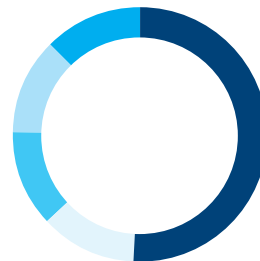
São objectivos fundamentais da exploração e gestão do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE) contribuir para o desenvolvimento e para o bem-estar das populações que serve, assegurando a recolha, o transporte, o tratamento e a rejeição dos efluentes canalizados pelos Municípios da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, incluindo a construção, manutenção e renovação das infra-estruturas do Sistema e a progressiva racionalização dos meios empregues nas diversas áreas da sua actividade

A exploração e gestão do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril configuram um serviço público exercido em regime de exclusividade, de acordo com o Contrato de Concessão celebrado entre o Estado e a SANEST em 15 de Setembro de 1995, pelo período de 25 anos.

A SANEST tem colaborado com os Municípios Accionistas no objectivo de erradicação de descargas indevidas de águas residuais nas bacias hidrográficas e na requalificação ambiental e paisagística das ribeiras, aspectos essenciais para a melhoria da qualidade da água das praias da Costa do Estoril e das ribeiras na área de influência do Sistema, contribuindo para o bem-estar das populações servidas e para a sustentabilidade ambiental.

Considerando que da Declaração de Impacto Ambiental da Empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, consta, como medida de minimização, nomeadamente, a necessidade de se proceder à erradicação de descargas de efluentes, que ainda se verificam, nas

CAPITAL SOCIAL
(%)



- AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. **51%**
- Município da Amadora **12,5%**
- Município de Cascais **12,5%**
- Município de Oeiras **12,5%**
- Município de Sintra **12,5%**

Ribeiras de Caparide, Barcarena e Jamor, bem como à renaturalização e recuperação paisagística das referidas Ribeiras e, ainda, da Ribeira da Laje, os Accionistas da SANEST deliberaram, em Assembleia Geral de 16 de Março de 2010, no sentido desta Empresa poder vir a assumir, através de adequado aumento da tarifa a cobrar aos Municípios/Utilizadores pela recolha e tratamento dos efluentes na respectiva área, a realização dos correspondentes Estudos e Obras.

Por se tratar de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, mas que se reflectirão favoravelmente na qualidade do serviço público que a SANEST vem prestando, e a fim de se poder dar cumprimento à referida deliberação dos Accionistas, foi solicitada a necessária autorização ao Concedente, a qual aguarda.

A SANEST EM GRANDES NÚMEROS

Número de Colaboradores	86
Receitas Líquidas	16.344.243,96 €
Quantidade de produtos ou serviços fornecidos ^I	67.247.455 m ³
Total de activos	209.724.093,72 €
Fornecimentos e Serviços Externos	5.185.848,95 €
Gastos com Pessoal	3.083.729,32 €
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	13.988.870,00 €

I Volume de águas residuais recolhidas no SSCE (Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril)

Os Nossos Impactos

Impactos Positivos

- Preservação dos recursos naturais
- Preservação dos ecossistemas
- Promoção de fontes alternativas de energia
- Protecção da saúde pública
- Promoção da economia (criação de riqueza) a nível regional
- Criação de postos de trabalho (directos e indirectos)
- Fomento do turismo (com o aumento das condições de salubridade dos cursos de água e dos solos)
- Educação Ambiental

Impactos Negativos

- Grandes áreas ocupadas
- Consumos de energia
- Emissões
- Impactos na biodiversidade
- Alteração nas características dos meios de descarga
- Impacto na população local em resultado de obras.

1.1.3.1. A Nossa Política de Gestão

No contexto do desenvolvimento do SGI – Sistema de Gestão Integrado, num quadro de melhoria contínua, o Conselho de Administração da SANEST aprovou, por deliberação de 30 de Junho de 2010, a actualização da Política de Gestão.

A Política de Gestão da SANEST traduz a sua Visão estratégica, aquilo que é sua Missão, a elencagem dos Valores que devem presidir ao seu desempenho enquanto empresa e, finalmente, o comprometimento em matéria de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade social.

Num quadro de respeito integral dos requisitos das normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000, a SANEST compromete-se a:

- Promover, considerar e satisfazer os interesses dos Clientes e das demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e dos Contratos de Recolha;
- Cumprir os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis à SANEST;
- Desenvolver as suas actividades e processos de modo a prevenir, ou minimizar, os impactes ambientais e os riscos de SHST (Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho), a eles associados;
- Adoptar como princípio a prevenção da poluição, através da melhoria da qualidade das águas residuais rejeitadas no meio receptor; promovendo o bem-estar da população;
- Assumir o compromisso da prevenção de danos para a saúde e segurança dos seus trabalhadores, bem como dos das entidades contratadas, promovendo adequadas condições laborais e sociais das infra-estruturas e equipamentos do Sistema;
- Assegurar a melhoria contínua do desempenho do seu Sistema Integrado de Gestão, através de objectivos e metas estabelecidos e revistos periodicamente, neles envolvendo todos os seus Trabalhadores;
- Reforçar a colaboração institucional e comercial com as Entidades que com ela se relacionem, fortalecendo a mútua confiança entre as Partes;
- Actuar de forma socialmente responsável, em conformidade com os requisitos aplicáveis, respeitando os instrumentos internacionais aplicáveis e as suas interpretações.

1.1.3.2. Missão, Visão e Valores

1.1.3.2.1. Missão

Na sua Missão de “Assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, na qualidade de concessionária do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE), a recolha, transporte, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra”, a SANEST procura alcançar níveis de desempenho cada vez mais elevados de forma tecnicamente avançada, economicamente eficiente e ambientalmente responsável.

1.1.3.2.2. Visão

A Política de Gestão da SANEST tem como determinante Visão “Operar, manter e gerir, promovendo os interesses de todas as Partes Interessadas, o Sistema (Multimunicipal) de Saneamento da Costa do Estoril, em prol da melhoria da qualidade da água das praias e das ribeiras, na área de influência do Sistema, numa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável”.

Em complemento dessa postura, e com esse sentimento, a SANEST procurou reconhecer os seus Clientes e os “Stakeholders” como parceiros, antecipando, e

satisfazendo, as suas necessidades e, sempre que possível, excedendo as suas expectativas.

1.1.3.2.3. Valores

Espírito de Servir - Agir com vontade e dedicação no cumprimento da Missão.

Excelência - Procurar, de forma perseverante, soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico, numa óptica de melhoria contínua do serviço prestado.

Rigor - Cumprir, de forma coerente e consequente, os princípios e os deveres acolhidos no Contrato de Concessão e nos Contratos de Recolha.

Integridade - Actuar de forma ética no exercício das suas atribuições e competências.

Responsabilidade - Assumir o compromisso de actuar de forma económica, ambiental e socialmente responsável.

1.1.3.3. Cumprimento da Missão

A SANEST prosseguiu o cumprimento da sua Missão no quadro das Orientações Estratégicas que foram determinadas pelos seus Accionistas e das obrigações emergentes quer do Contrato de Concessão quer dos Contratos de Recolha, e no consequente desenvolvimento de investimentos e infra-estruturas para a recolha e tratamento das águas residuais provenientes dos Municípios da área de concessão, contribuindo, assim, activamente, para a promoção de um Desenvolvimento Sustentável da Região.



1.
A SANEST

1.1.
APRESENTAÇÃO GERAL



ENTRADA EM FUNCIONAMENTO, EM FASE DE PRÉ-ARRANQUE, DA **BENEFICIAÇÃO DO TRATAMENTO**





1.2. O SISTEMA DE SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL

O Sistema de Saneamento da Costa do Estoril é um sistema que intercepta as águas residuais urbanas colectadas pelas redes de drenagem municipais de uma aglomeração geograficamente limitada pela linha vermelha na Figura, que abrange todo o concelho de Cascais, grande parte do território dos concelhos de Oeiras e de Sintra e uma parte menor do concelho de Amadora sendo estes quatro Municípios os Utilizadores do Sistema. Actualmente, o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril serve uma população de cerca de 800.000 habitantes equivalentes.

O Sistema de Saneamento da Costa do Estoril inclui as seguintes componentes principais: um interceptor geral de escoamento totalmente gravítico com cerca de vinte e cinco quilómetros de extensão total, dezassete emissários gravíticos, nove instalações elevatórias que bombeiam as águas residuais provenientes das zonas baixas junto à costa e que não apresentam possibilidade de ligação gravítica ao interceptor; uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) subterrânea, e um emissário submarino com dois ramos difusores, que lança as águas residuais tratadas a cerca de 3 km da costa, à profundidade de cerca de 40 m, na zona da Guia, em meio receptor classificado como “zona menos sensível”, pelo Decreto-Lei n.º 198/2008, de 19 de Junho – Zona Menos Sensível do Cabo da Roca/Estoril.

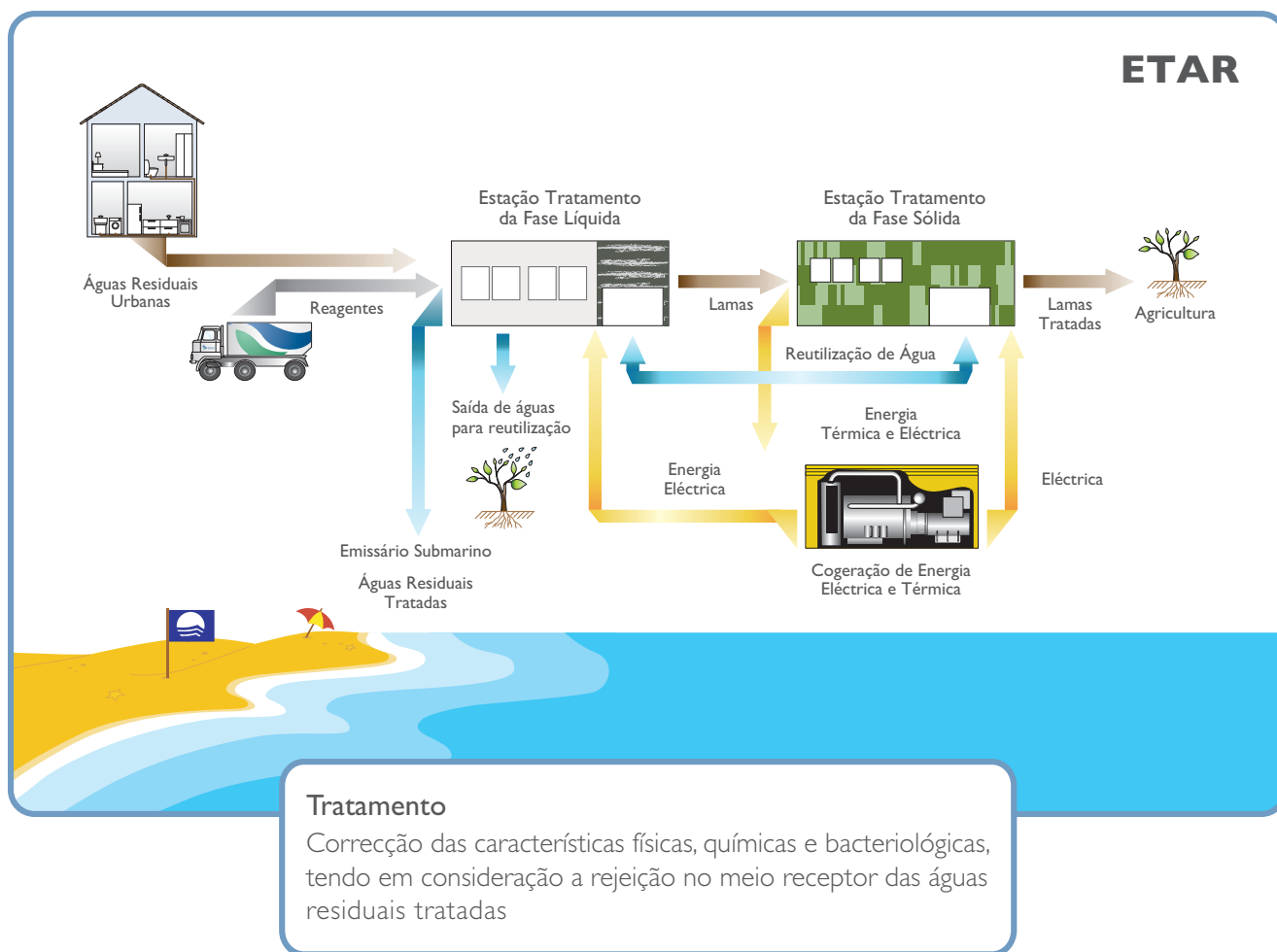
A ETAR da Guia foi, até 2009, uma estação de tratamento preliminar, na qual as águas residuais eram sujeitas a uma tamisação, através de tamisadores do tipo STEP-SCREEN, para remoção de sólidos grosseiros com diâmetro igual ou superior a 3 mm, e a uma desarenação, para extracção de areias de diâmetro igual ou superior a 0,2 mm. Os sólidos removidos eram lavados e compactados de forma a facilitar o seu posterior envio a operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito. Em 2010, o caudal médio diário anual afluente à ETAR foi de 1,7 m³/s.

Na ETAR da Guia, era também realizada a desodorização do ar libertado, através de uma torre de lavagem química, com uma capacidade de tratamento de 75 000 Nm³/h.

Em 2010 entrou em funcionamento, em fase de pré-arranque, a Beneficiação do Tratamento, que:

- Na Estação de Tratamento da Fase Líquida (ETFL), subterrânea, junto à actual ETAR da Guia, com uma área de implantação de cerca de 4.600 m², irá permitir a realização do tratamento primário durante todo o ano (desengorduramento e decantação lamelar), complementado com adição de reagentes (nas etapas de mistura rápida e de floculação), filtração gravítica em areia e desinfecção por radiação ultra-violeta, durante a época balnear;
- Na Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS), separada da ETFL, localizada em Outeiro da Lota, ocupando uma área de cerca de 4 ha, as lamas resultantes do tratamento da fase líquida serão sujeitas a espessamento mecânico por centrifugação, com adição de polielectrólito, digestão anaeróbia (mesófila), desidratação mecânica por centrifugação e secagem térmica. A instalação está munida também de grupos de co-geração alimentados a biogás e gás natural.
- Um sistema elevatório de transporte das lamas da ETFL para a ETFS, (Obra de interligação), com cerca de 4 km de extensão, subterrâneo e instalado em vala.

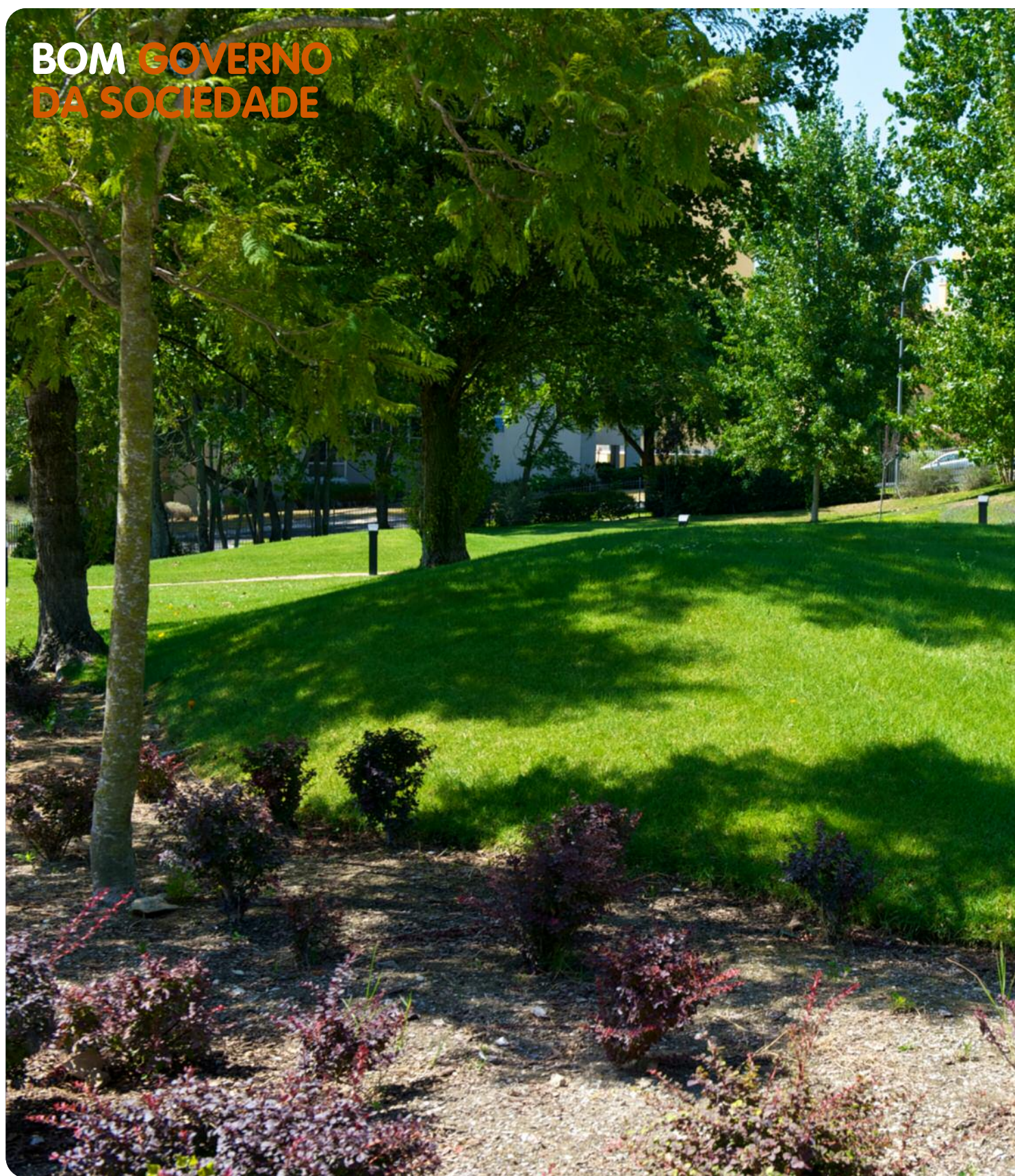
Para assegurar a qualidade requerida que permita a reutilização de parte dos efluentes depurados em usos compatíveis, designadamente a rega de campos de golfe, na ETFL preconiza-se um tratamento adicional para uma parte do caudal efluente (9.000 m³/dia), através de um processo de tratamento biológico, complementado por filtração em pressão e desinfecção por radiação ultravioleta.



1.
A SANEST

1.2
O SISTEMA DE SANEAMENTO DA COSTA DO
ESTORIL







1.3. O GOVERNO SOCIETÁRIO

A SANEST é uma empresa pública sujeita às normas que enquadram a actividade das empresas do Sector Empresarial do Estado e que constam, nomeadamente, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprova o Estatuto do Gestor Público e ainda na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que define as regras de bom governo das empresas do Estado, e ainda pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que define as orientações estratégicas para a globalidade do sector empresarial do Estado.

Tendo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 12 de Abril, aprovado as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do Sector Empresarial do Estado, o Despacho n.º 6008/2009, de 23 de Fevereiro, aprovou as Recomendações do Estado destinadas ao Sector Empresarial do Estado.

Com base nestes dois diplomas foram definidos pela Assembleia-Geral da SANEST, na reunião de 16 de Março de 2010 os Objectivos Específicos destinados individualmente a esta empresa, para o presente mandato, e por Deliberação Social Unânime por Escrito de todos os Accionistas, datada de 21 de Abril de 2010, foram aprovadas as Orientações.

Posteriormente foram celebrados os contratos de gestão, com os Administradores Executivos, designadamente, as formas de concretização das orientações através de metas quantificadas, os parâmetros de eficiência da gestão, os valores fixados para cada uma das componentes remuneratórias de acordo com o cumprimento de critérios objectivos e de indicadores de gestão, bem como outras regalias ou benefícios com carácter ou finalidade social.

As orientações estratégicas do Sector Empresarial do Estado identificam como prioritárias as seguintes questões: indicadores financeiros, contratualização da prestação de Serviço Público, Qualidade de Serviço, política de Recursos Humanos e promoção da igualdade, encargos com pensões, política de inovação e Sustentabilidade, sistemas e controlo de riscos e política de compras ecológicas.

As orientações da tutela remetem para o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para 2007-2013, aprovado pelo Despacho n.º 2339/2007, de 14 de Fevereiro, o qual releva para a definição, nomeadamente, da estratégia de Sustentabilidade da SANEST.

A SANEST deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

- Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais nos termos do ofício da Direcção Geral de Tesouro e Finanças n.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, respeitante à "não actualização dos salários nominais para o corrente ano".
- Cumprimento do Despacho de 25 de Março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício circular n.º 2590, de 26 de Março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros do Órgão de Administração.

- Cumprimento do previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, respeitante à redução excepcional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não executivos.

A função Accionista está enquadrada na tutela do Ministério das Finanças, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. O Ministro de tutela do Ambiente tem, relativamente às Entidades Gestoras de Sistemas Multimunicipais, "poderes de fiscalização, direcção, autorização, aprovação e suspensão de actos das mesmas". A um nível superior, a Tutela comunica orientações de gestão ao Conselho de Administração, que delega na Comissão Executiva a sua operacionalização.

A regulação da actividade desenvolvida pela SANEST é exercida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR, anterior IRAR). A ERSAR orienta e fiscaliza a concepção, execução, gestão e exploração dos Sistemas Multimunicipais, bem como a actividade das respectivas Entidades Gestoras, e assegura a regulação dos respectivos sectores e o equilíbrio entre a Sustentabilidade económica dos sistemas e a Qualidade dos Serviços prestados, de modo a salvaguardar os interesses e direitos dos cidadãos no fornecimento de bens e serviços essenciais.

1.3.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

A gestão da SANEST é assegurada por um Conselho de Administração, cujo Presidente e membros são eleitos em Assembleia Geral, à qual compete, ainda, eleger um Fiscal Único e uma Comissão de Vencimentos. Integra, ainda, os órgãos sociais, o Secretário da Sociedade e o seu Suplente, que são eleitos pelo Conselho de Administração.

A SANEST, enquanto empresa pública, segue uma estrutura de gestão em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

Os membros dos Órgãos Sociais em exercício de funções no decurso do ano de 2010 foram eleitos por Deliberação Unânime por Escrito tomada em 1 de Fevereiro de 2010, para o mandato de 2010/2012, com excepção do Fiscal Único que foi eleito, pelo mesmo mandato, na Assembleia Geral realizada no dia 16 de Março de 2010.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre Accionistas ou outras pessoas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Contrato da Sociedade, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, composto por três ou cinco membros, eleito pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, em exercício de funções no decurso do ano de 2010 teve a seguinte composição:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Arnaldo Moreira Pêgo
Vogal Executivo	Mateus António Maniés Roque
Vogal Executivo	Carla da Conceição Afonso Correia
Vogal Executivo	Município de Sintra representado por Luis Manuel Pires Patrício
Vogal não Executivo	Município de Oeiras representado por Rui José Gonçalves Clemente Lele

Por deliberação do Conselho de Administração da SANEST, nos termos do artigo 20.º, do Contrato de Sociedade, e do n.º 3, do artigo 407.º, do Código das Sociedades Comerciais, foi deliberado criar uma Comissão Executiva aplicando-se ao seu funcionamento, com as devidas adaptações, as regras previstas no Contrato de Sociedade para o funcionamento do Conselho de Administração.

Sem prejuízo do exercício colegial das funções da Comissão Executiva, foi especialmente cometida, a cada um dos seus membros, a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas de Responsabilidade, conforme seguidamente indicado:

COMISSÃO EXECUTIVA	ÁREAS DE RESPONSABILIDADE
Presidente Mateus António Maniés Roque	Engenharia Secretário da Sociedade Comunicação e Educação Ambiental
Vogal Carla da Conceição Afonso Correia	Beneficiação do Tratamento Administrativa e Financeira Planeamento e Controlo de Gestão Apoio Jurídico Sistema de Responsabilidade Empresarial
Vogal Município de Sintra representado por Luis Manuel Pires Patrício	Operação e Manutenção Sistemas e Tecnologias de Informação

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for deliberado, nos termos da Lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

O Fiscal Único, nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais emite relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, o qual integra o Relatório e Contas da Empresa.

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17.º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, nomeadamente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, delegar esta competência numa Comissão de Vencimentos.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 01 de Fevereiro de 2010, foi eleita a Comissão de Vencimentos da SANEST, composta por um Presidente e dois Vogais, que por deliberação de 6 de Setembro de 2010 fixou as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais para o mandato de 2010/2012.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, mais concretamente dos seus Administradores Executivos, foi fixada tendo em atenção o disposto no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que estabelece no seu artigo 28 que “A remuneração dos Gestores Públicos integra uma componente fixa e pode integrar, no caso dos Gestores com funções executivas, uma componente variável.”

Deste modo a remuneração dos Administradores Executivos da SANEST integra uma componente fixa e uma componente variável, dependendo esta última do grau de concretização dos Objectivos de Gestão fixados pelos Accionistas em Assembleia Geral.

Os Objectivos de Gestão para o mandato de 2010/2012 foram aprovados na Assembleia Geral realizada em 16 de Março de 2010 e integram os Contratos de Gestão celebrados entre os Gestores da SANEST, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., na qualidade de titular da função Accionista, nos termos do previsto no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

No que concerne ao exercício de 2010 os resultados obtidos, face aos Objectivos de Gestão fixados para esse ano, foram objecto de validação pela ERNST & YOUNG e aprovados em Assembleia Geral realizada em 14 de Março de 2011, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e encontram-se listados no Quadro seguinte:

OBJECTIVOS DE GESTÃO DE 2010 - SANEST, S.A.

Indicadores		Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido
1. ROCE	%	100% ⁽¹⁾	148%
2. EBITDA/ Receitas	%	100% ⁽¹⁾	143%
3. Custos com Pessoal/ EBITDA	%	100% ⁽¹⁾	162%
4.1 <i>Cash-Cost</i> Abastecimento	%	–	–
4.2 <i>Cash-Cost</i> Saneamento	%	100% ⁽¹⁾	171%
5. Investimento	%	100% ⁽¹⁾	29%
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	60	73
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	46	42
8. Volume de Actividade	%	100% ⁽¹⁾	100%
9.1 Taxa de Cobertura de AA Potencial	%	–	–
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	%	–	–
10.1 Qualidade da Água Fornecida	%	–	–
10.2 Qualidade dos Efluentes Tratados	%	100%	–
11. Reforço da Eficiência Contratual	%	90%	96%
12. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	-6
13. Cumprimento de Orientações Corporativas	%	100%	100%

NOTAS:

Valor Fixado ⁽¹⁾ - Valor fixado pela Assembleia Geral de 16 de Março de 2010

⁽²⁾ - Indicadores calculados com base no OPT aprovado pelo Concedente em 18 de Janeiro de 2010

Não obstante a Assembleia Geral se ter pronunciado favoravelmente quanto à concretização dos Objectivos de Gestão fixados para 2010 que, nos termos referidos no Relatório de Gestão do Exercício de 2010 e com base no disposto no Contrato de Gestão, atingiu o valor global de 2,13, face ao disposto no Despacho n.º 5696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República (2ª série), n.º 61, de 29 de Março, nos termos do qual nos anos de 2010 e 2011 não deverá haver lugar à atribuição de qualquer remuneração variável, foi, ainda, deliberado, nessa Assembleia Geral, que, pese embora os níveis de atingimento alcançados, relativamente ao ano de 2010, não haveria a atribuição de remuneração variável aos Administradores com funções executivas, aprovando, para tanto, um factor de contexto (FC) de 0,0.

Aos membros do Conselho de Administração da SANEST, enquanto Gestores Públicos é-lhes aplicável o Regime de Impedimentos e Incompatibilidades definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, o disposto no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e o disposto nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março

Nestes diplomas são estabelecidas regras relativas à nomeação e exercício de funções, nomeadamente a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares, exercício cumulativo de funções e acumulação de remunerações.

1.3.2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Para o exercício da sua actividade a SANEST dispõe de uma estrutura organizativa assente numa lógica funcional, dispondo de três Direcções sob a tutela da Administração, nomeadamente Direcção de Engenharia, Direcção de Operação e Direcção Administrativa e Financeira, que executam as actividades operacionais e de suporte à empresa.

Direcção de Engenharia

É responsável por planejar, gerir e coordenar as actividades técnicas, operacionais, jurídicas, administrativas e financeiras, na sua área de responsabilidade, em articulação com a estratégia do Grupo e as orientações do Conselho de Administração, tendo em vista assegurar o cumprimento dos objectivos e a optimização dos resultados.

Direcção de Operação e Manutenção

Tem como responsabilidade assegurar a operação, conservação e manutenção dos equipamentos e infra-estruturas afectas aos Processos de Recolha e Transporte e Elevação e Tratamento, de acordo com a estratégia e orientações definidas pelo Conselho de Administração e legislação em vigor, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos e a optimização dos resultados, garantido a funcionalidade e a fiabilidade do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. Garante, ainda, a monitorização das Águas Balneares e das Ribeiras da área de intervenção do SSCE de acordo com as orientações definidas pela Administração.

Direcção Administrativa e Financeira

É responsável pelo funcionamento das áreas financeira, administrativa e de recursos humanos, garantindo a prestação de contas em cumprimento das obrigações fiscais e legais, em articulação com a estratégia do Grupo e as orientações do Conselho de Administração, de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos e a optimização dos resultados.

A reportar, ainda, directamente à Administração existem Órgãos de Apoio e Secretariado de Administração que exercem funções transversais a toda a empresa, conforme se ilustra no organograma.



1.3.3. FERRAMENTAS DE BOM GOVERNO

1.3.3.1. Código de Conduta e Ética

Tendo em vista cimentar a existência e a partilha de Valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum, procurando promover relações de confiança entre a Empresa e os seus parceiros, reduzindo a subjectividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e respondendo ao desafio cívico de alicerçar a Sociedade em princípios éticos, que respeitem as orientações de Organizações supra nacionais, o Conselho de Administração da SANEST aprovou um Código de Conduta e Ética que cobre as mais diversas áreas, nomeadamente a responsabilidade, o respeito pelas pessoas, o comportamento profissional, a conformidade com as leis, regras e regulamentos, o Ambiente, Higiene e Segurança e o controlo do risco nas suas mais amplas interpretações (acidentes, risco operacional, riscos financeiros, climáticos, etc.).

Este código reflecte ainda a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua, com base no respeito pelos direitos dos Colaboradores, na responsabilidade da defesa e protecção do Ambiente, na transparência nas relações com o exterior e no contributo para o desenvolvimento Sustentável.

1.3.3.2. Manual de Governo da Sociedade

O Manual de Governo da Sociedade foi desenvolvido com o objectivo de compilar as normas constantes dos Estatutos da Sociedade e as Deliberações e Regulamentos Internos aprovados em Conselho de Administração, referentes ao Funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e à sua Estrutura Organizativa.

1.3.3.3. Manual de Delegação de Competências

Com vista a melhorar a execução da gestão corrente a Comissão Executiva da SANEST aprovou, em 22 de Julho de 2009, o seu Manual de Delegação de Competências, considerando-se delegação o processo de atribuição de responsabilidade do exercício de uma actividade e a correspondente autoridade para o efeito.

1.3.3.4. Gestão de Risco

A SANEST e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da actividade que resultam da operação diária. Em 2010 foi concluída a primeira fase do projecto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a

sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objectivos com os riscos e respectivos controlos em vigor na Empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual se apresenta na figura seguinte.



A avaliação dos riscos é efectuada na perspectiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando o risco inerente e o risco residual respectivo. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando avaliamos o impacto estão a ser consideradas, para cada risco, diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira,
- Reputação,
- Legal ou regulamentar, e
- Nível de alinhamento com os objectivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de factores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos,
- Ocorrência anterior do risco,
- Complexidade do risco, e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela SANEST, sem prejuízo de periodicamente e sempre que se verifique necessário, serem apreciados pelo Accionista maioritário (AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA).

A abordagem dos riscos da classe operacional e infra-estruturas, para além de ser

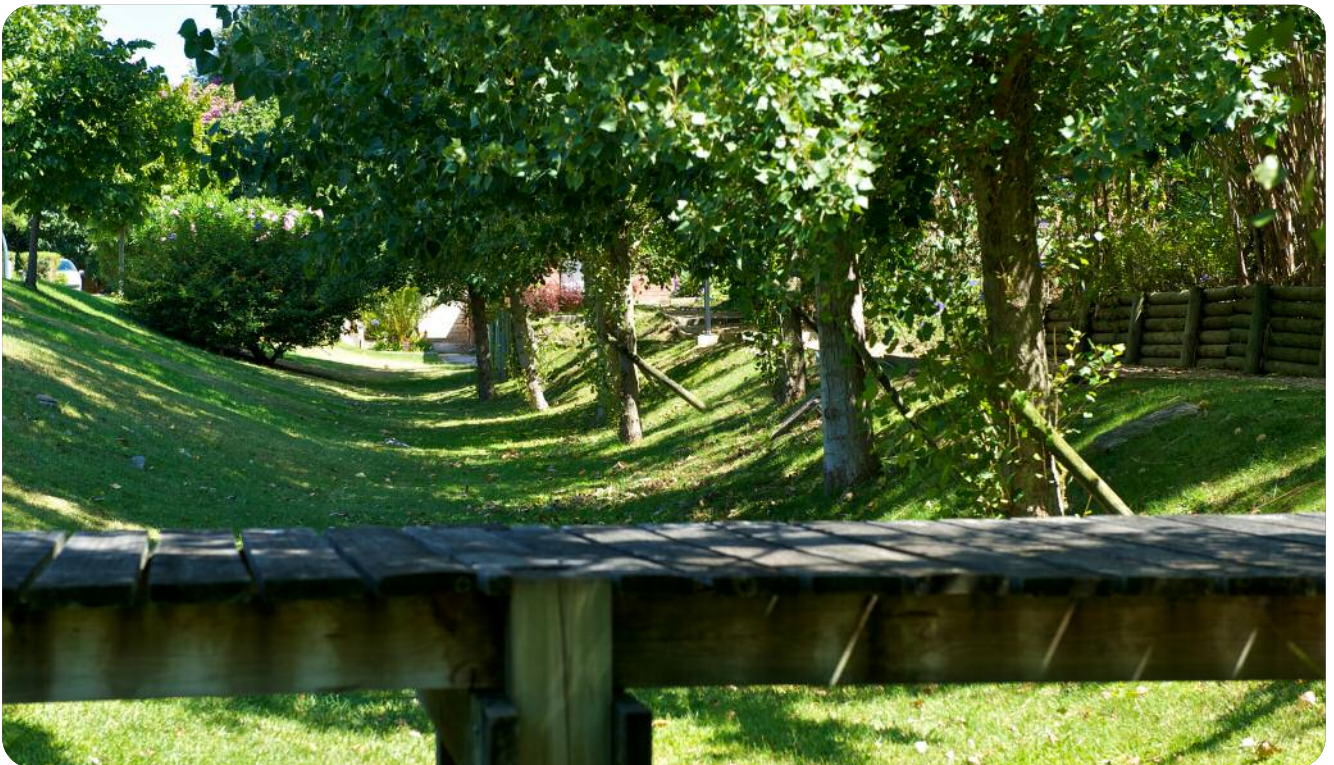
assegurada pela SANEST e respectivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade do Accionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos (por exemplo, direcção de recursos humanos corporativos e direcção financeira corporativa da Holding e direcção de sistemas de informação da AdP Serviços Ambientais, SA).

No contexto económico actual é possível destacar alguns riscos aos quais a SANEST se apresenta mais vulnerável, nomeadamente:

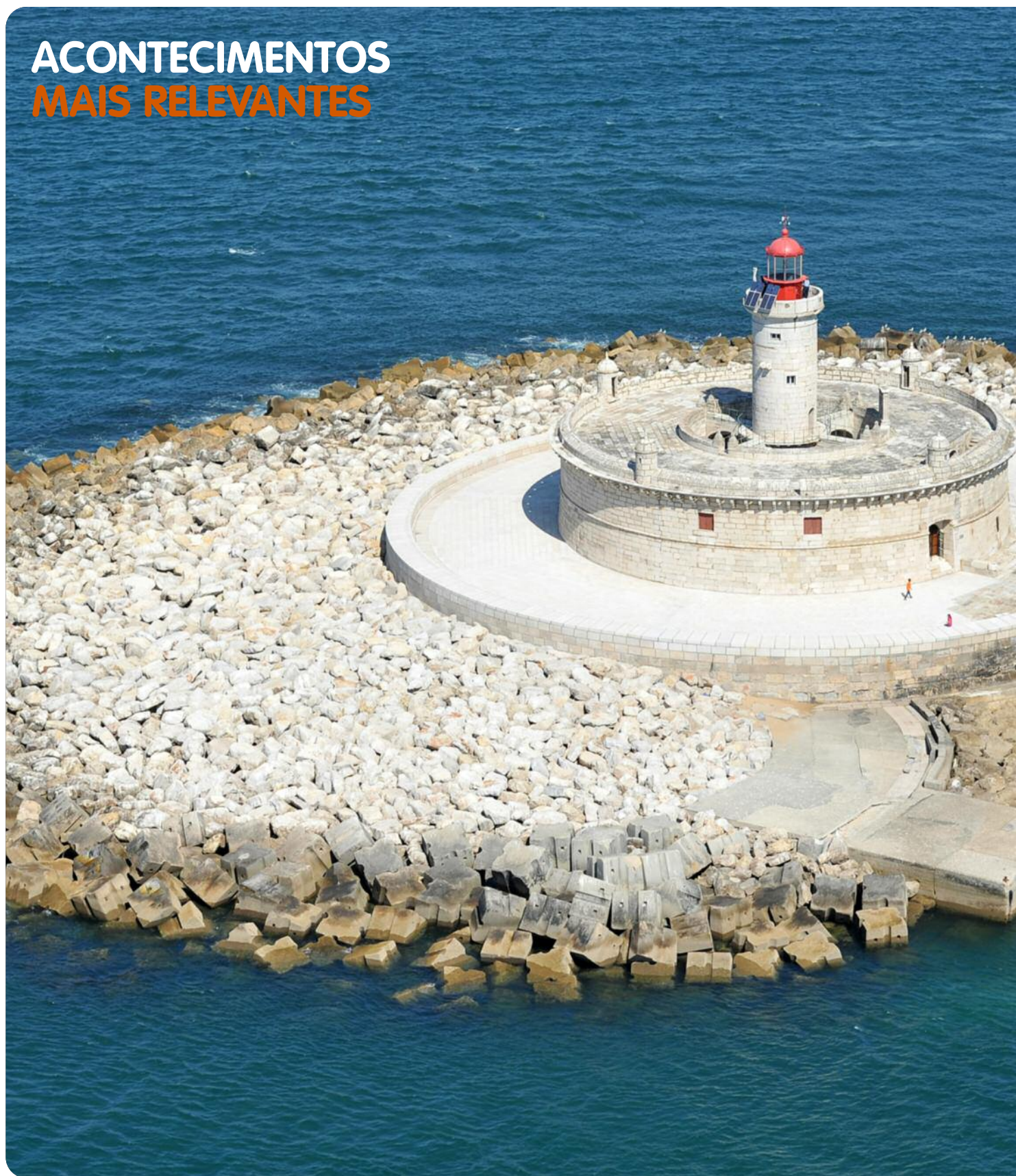
- Envolve política, económica e financeira;
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os Municípios;
- Continuidade do negócio;
- Cobranças;
- Crédito e financiamento.

Ao nível do risco operacional destaca-se o risco associado com as alterações climáticas, pois dada a natureza das operações, o fornecimento do serviço pode ser afectado pelas condições climáticas. A gestão de risco associada às alterações climáticas constitui uma fonte de oportunidades de melhoria da eficiência técnica, financeira e económica do Sistema.

O Conselho de Administração da SANEST instituiu acções de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.



ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES





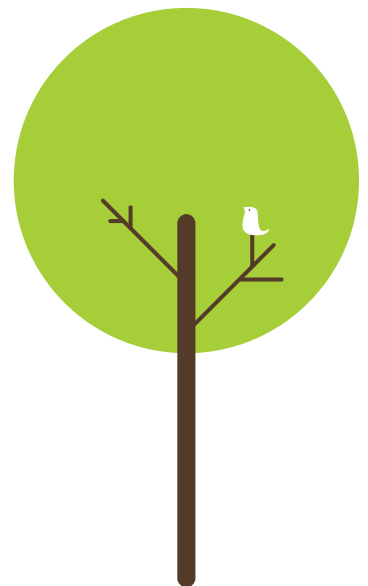
1.4. O ANO DE 2010

No ano de 2010 destacam-se, como mais relevantes, os seguintes acontecimentos:

- Manutenção da Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007;
- Elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade da Empresa;
- Implementação e desenvolvimento do Sistema de Responsabilidade Social com vista à Certificação à luz dos referenciais da SA 8000:2008;
- Implementação da solução WAN para a aceleração e optimização das ligações de dados entre instalações da SANEST;
- Gestão da empreitada e pré-arranque de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril;
- Execução da empreitada de Beneficiação da Descarga de Emergência da Falésia;
- Reabilitação do Sistema, dando continuidade à renovação de troços dos emissários da Laje, de Sassoeiros, de Caparide, de Barcarena e da Castelhana;
- A adopção do novo normativo contabilístico IAS/IFRS para apresentação das contas estatutárias de 2010, com a inerente conversão do 2009;
- A extensão das várias soluções de fornecimento de serviços, equipamentos e consumíveis existentes nas instalações dos Serviços Centrais às novas instalações da ETAR da Guia – ETFL e ETFS, para permitir o seu regular funcionamento;
- A conclusão dos processos de Recrutamento e Selecção dos Colaboradores previstos para a Operação e Manutenção da ETAR da Guia, iniciados no último trimestre de 2009;
- Consolidação, face à aprovação do Concedente, do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, aprovado no final do ano de 2009;
- Elaboração e Aprovação do Plano Global de Comunicação e conclusão do Regulamento de Atribuição de Subsídios, Patrocínios e Donativos;
- Implementação de uma metodologia de controlo e monitorização da Contratação Pública para assegurar o integral cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente do Código dos Contratos Públicos.
- No ano de 2010 a SANEST não recebeu qualquer prémio ou reconhecimento externo.



2. NO CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE



ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE



2. O CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE

2.1. A ESTRATÉGIA

A SANEST, enquanto empresa integrada no Grupo Águas de Portugal, prossegue a estratégia de Sustentabilidade estabelecida pela AdP, para o Grupo, no início de 2009, a qual se baseia na criação de Simbioses com o Ambiente, com os Accionistas e Colaboradores e com as demais Partes Interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência.

Na nossa estratégia de Sustentabilidade as Partes Interessadas são o ponto fulcral, dependendo o sucesso da mesma do seu envolvimento e da capacidade de resposta às suas necessidades e expectativas. É por isso que consideramos que, associado à Sustentabilidade, surge o conceito de Simbiose - dar e receber sinergias.

A Sustentabilidade nas Empresas é para todos, para os seus Colaboradores, para os seus Clientes, para os seus Accionistas, para toda a Sociedade com quem a empresa directa e indirectamente se relaciona e para os que directa ou indirectamente beneficiam dessas Simbioses.

A Sustentabilidade pretende chegar aos Grupos de voz activa, Pessoas, Grupos e Organizações, bem como às Partes Interessadas sem voz.

As empresas do Grupo Águas de Portugal, e portanto a SANEST, têm uma responsabilidade acrescida na medida em que a sua estratégia de sustentabilidade ambiciona ir mais além do motivo que levou à sua criação, adoptando práticas sustentáveis, as quais potenciam o papel activo das Empresas na Sociedade e no Meio Ambiente.

Consciente da sua responsabilidade enquanto Empresa do sector do Ambiente e dos desafios que se lhe irão colocar em matéria de Sustentabilidade, a SANEST acredita que a Sustentabilidade se consegue criando Simbioses com os Accionistas, Colaboradores, Comunidade e demais Partes Interessadas e com o Ambiente.

Na base do modelo de gestão da SANEST e consequentemente na sua estratégia de Sustentabilidade estão integradas as regras de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado e as orientações da Tutela, nomeadamente o PEAASAR II para o período de 2007-2013, aprovado pelo Despacho n.º 2339/2007, DR 2.ª Série, n.º 32, de 14 de Fevereiro, materializa as orientações estratégicas e as metas para o sector, definindo para tal três grandes objectivos estratégicos:

- a universalidade, a continuidade e a Qualidade do Serviço;
- a Sustentabilidade do sector; implicando a melhoria da produtividade e da eficiência;
- a protecção dos valores de saúde pública e ambientais.

A SANEST assegura o cumprimento destes Objectivos e consequentemente da sua estratégia de Sustentabilidade através da assunção de Princípios e Compromissos, cuja concretização é avaliada através de indicadores, definidos a partir dos protocolos GRI e reporte do seu desempenho na parte deste relatório dedicada às Simbioses



Princípios que consubstanciam a Estratégia de Sustentabilidade da SANEST:

Em Simbiose com o Ambiente

- Promover a gestão, a conservação e a valorização dos recursos
- Contribuir para a protecção da natureza e da biodiversidade
- Contribuir para o combate às alterações climáticas

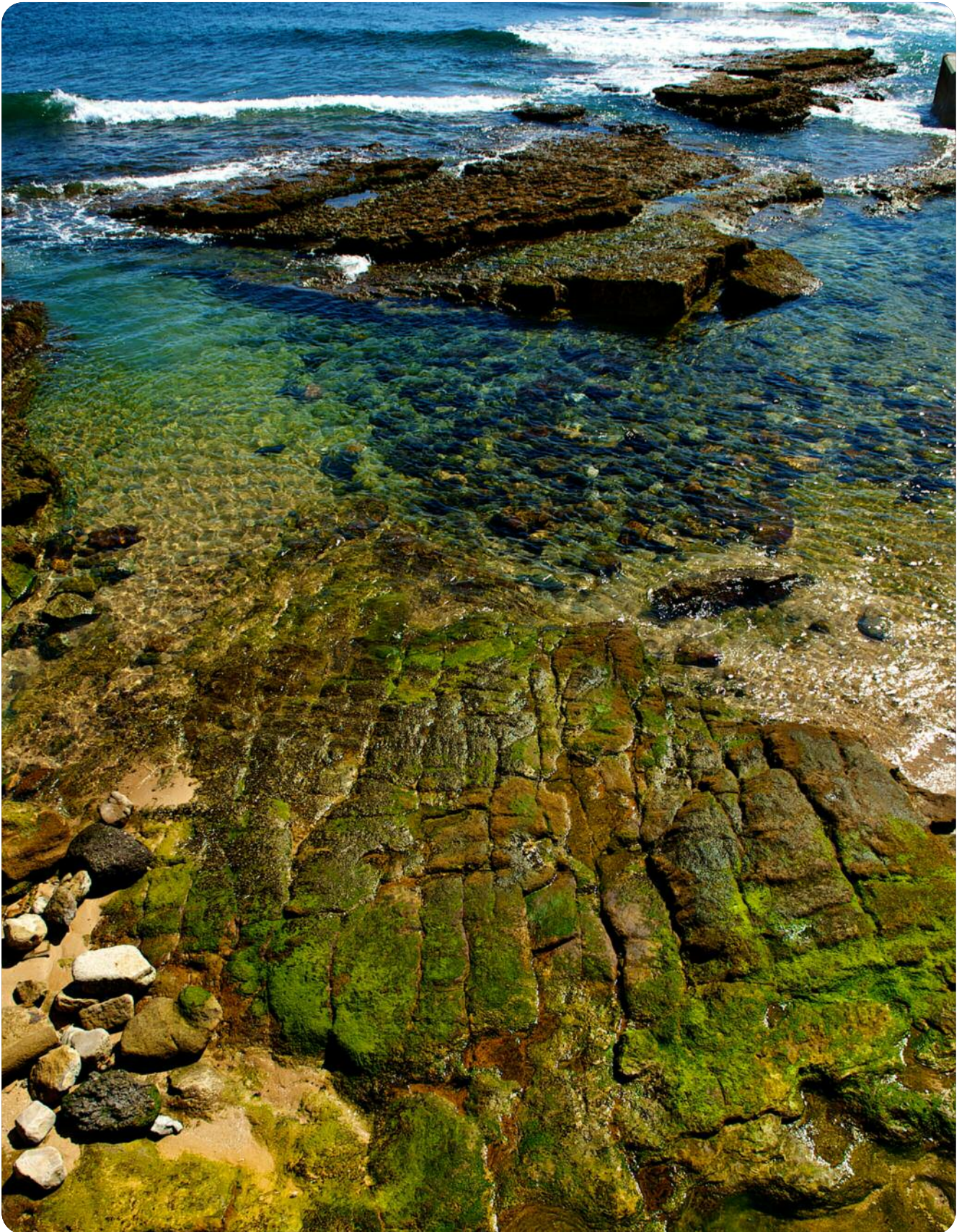
Em Simbiose com os Accionistas e Colaboradores

- Garantir a Sustentabilidade económica do Grupo e a criação de valor para os Accionistas e demais Partes Interessadas
- Valorizar a relação com os Colaboradores

Em Simbiose com a Comunidade

- Prestar um Serviço Público de qualidade elevada e tarifas socialmente aceitáveis
- Partilhar os princípios de Sustentabilidade na relação com as Partes Interessadas
- Criar parcerias, em cooperação com os meios académico e empresarial, com vista à promoção da I&D e da inovação





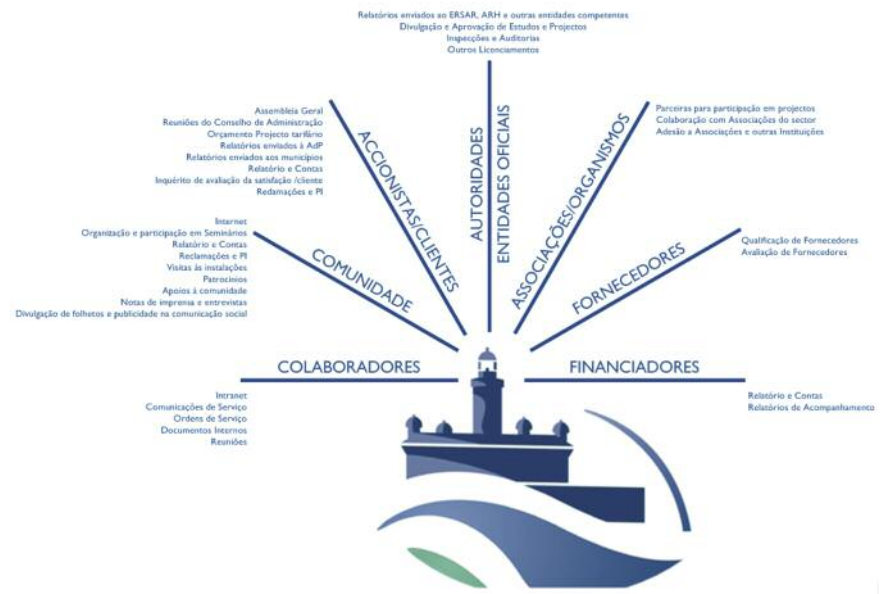
REFORÇAR O ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS



2.2. ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS

No âmbito da elaboração do primeiro relatório de Sustentabilidade, a SANEST procedeu à identificação das Partes Interessadas com maior impacto e envolvimento na actividade da Empresa, e ao levantamento das principais formas de comunicação.

Os resultados desta análise são apresentados no esquema seguinte:



Concluída a fase de identificação de Partes Interessadas, a SANEST tem vindo a desenvolver um processo de envolvimento específico no âmbito da Sustentabilidade, que terá como objectivos identificar as suas expectativas e confirmar a relevância dos temas a incluir no futuro relatório de Sustentabilidade da Empresa.

Accionistas / Clientes

O retorno da informação de Accionistas / Clientes é ainda assegurado, entre outros mecanismos, através do Processo de Avaliação da Satisfação e da eventual realização de reuniões específicas.

O grau de satisfação global obtido em 2010 foi de 71%, sendo que, como questões essenciais a melhorar, destacam-se:

- a necessidade de otimizar a cooperação com os Clientes ao nível do desenvolvimento de Acções de Educação Ambiental e consequente melhoria da informação ambiental prestada pela empresa;
- a optimização da capacidade de resposta a Pedidos de Informação e Reclamações remetidas à SANEST;
- a participação da empresa na erradicação de descargas indevidas na rede em baixa, de acordo com Protocolos assinados.

Colaboradores

Em 2010 foram realizadas duas reuniões com os Representantes dos Trabalhadores em matéria de SHST e foi eleito o Representante dos Trabalhadores em matéria de Responsabilidade Social e o Conselho de Administração nomeou o Representante da Administração para a Responsabilidade Social.

De forma a estimular a participação e contributos dos colaboradores, a SANEST implementou o sistema de recolha de sugestões dos Colaboradores que permite auscultar as preocupações sociais dos Colaboradores.

Assim, as questões de Responsabilidade Social e as preocupações sociais recolhidas são analisadas e tratadas com base em princípios de justiça social, assegurando-se a sua confidencialidade.

Ao nível do retorno da informação dos Colaboradores destacam-se preocupações relacionadas com a SHST e Gestão de Recursos Humanos, questões que deram origem ao desenvolvimento de diversas acções específicas no âmbito do Sistema de Gestão de SHST e Responsabilidade Social.

Comunidade

A SANEST mantém uma relação estreita com a Comunidade, sendo o seu objectivo a Universalidade, a Continuidade e a Qualidade dos Serviços.

Ao longo do ano de 2010 o Conselho de Administração promoveu a realização de várias reuniões com a população residente na área de influência da ETAR da Guia que permitiram informar e esclarecer as várias questões colocadas, e em conjunto, encontrarem-se soluções e consenso que permitam uma sã convivência.

Não obstante este esforço o pré-arranque da Beneficiação da ETAR da Guia e os constantes ensaios efectuados pelo Consórcio levam a que a comunicação seja identificada como um ponto a melhorar.

No entanto não duvidamos que a importância do negócio para a qualidade de vida da população e as sinergias da educação e da sensibilização ambientais constituem-se como uma das forças da SANEST.

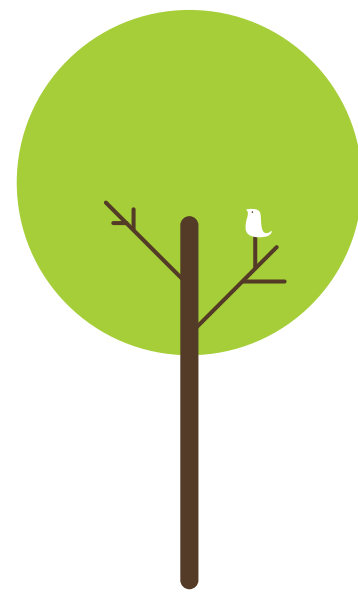
- O impacte da sensibilização e educação ambientais na eficiência do negócio;
- A crescente universalidade dos acessos, continuidade e qualidade do serviço;
- Os valores da saúde pública e os valores ambientais previstos no PEAASAR II.

Como principais ameaças identificam-se os riscos de potenciais problemas decorrentes do funcionamento das instalações.



3. AS SIMBIOSES





SIMBIOSE COMO BASE DA ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE





3. AS SIMBIOSES

Consciente da sua responsabilidade, a SANEST acredita que a Sustentabilidade se consegue estimulando e garantindo Simbioses, que se traduzem em relações recíprocas e mutuamente vantajosas com as Partes Interessadas, com as quais tem uma relação de estreita interdependência.

Em Simbiose com o Ambiente

Contribuindo para a sua protecção, conciliando os ciclos urbanos da água com os ciclos da natureza, gerindo e valorizando os recursos, integrando as melhores práticas e potenciando novas actividades, agindo proactivamente com o ambiente urbano, a paisagem e as alterações climáticas.

Em Simbiose com os Accionistas e os Colaboradores

Promovendo o crescimento económico, através da concretização de investimentos geradores de emprego e dinamizadores do tecido económico, nacional e regional, investindo na valorização profissional dos seus Colaboradores.

Em Simbiose com a Comunidade

Apostando na inovação e desenvolvimento tecnológico, como factor de competitividade e de sensibilização fomentando o envolvimento das Comunidades para a utilização racional dos recursos, contribuindo para a prossecução das políticas públicas e dos objectivos nacionais no domínio do Ambiente.

O conceito de Simbiose é a base da estratégia de Sustentabilidade do Grupo AdP.

SIMBIOSE

É UMA RELAÇÃO MUTUAMENTE VANTAJOSA ENTRE DOIS OU MAIS ORGANISMOS VIVOS DE ESPÉCIES DIFERENTES. NA RELAÇÃO SIMBIÓTICA OS ORGANISMOS AGEM ACTIVAMENTE EM CONJUNTO PARA PROVEITO MÚTUO.

Neste relatório são apresentados os indicadores considerados mais relevantes para cada um dos princípios. Esta análise de relevância foi feita a partir do impacto do indicador para a área de negócio em questão.

Os indicadores encontram-se disponibilizados no final do relatório, com a sua correspondência GRI.

Para cada desafio da estratégia é apresentada a interpretação da Empresa, assim como os princípios orientadores da actuação e os compromissos cujo grau de cumprimento será monitorizado através da aplicação dos indicadores da GRI e da ERSAR.

A SANEST tem dirigido sempre a sua actuação como um processo evolutivo de trabalho e de gestão, acreditando que a Sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas numa perspectiva de estreita interdependência.

A SANEST compromete-se a prosseguir os seus princípios de desenvolvimento Sustentável.



PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS AMBIENTAIS



3.1. EM SIMBIOSE COM O AMBIENTE

3.1.1. PRINCIPIOS, COMPROMISSOS E METAS

Por considerar que a certificação em Sistemas de Gestão Ambiental, ao abrigo da norma ambiental NP EN ISO 14001 é fundamental para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos para com o Ambiente a SANEST obteve a sua certificação em 2009 e a renovação da mesma em 2010.

Nesta Simbiose a SANEST identificou como estratégicos três princípios que consistem na conservação e valorização dos recursos, na protecção da natureza e da biodiversidade e ainda no combate às alterações climáticas, tendo estabelecido os seguintes Compromissos:



Princípios	Compromissos
Promover a gestão e a valorização dos recursos.	<p>Promover a gestão e a valorização dos recursos</p> <p>Implementar medidas de prevenção, monitorização e controlo que permitam reduzir os impactes ambientais negativos e promover os impactes positivos</p> <p>Aumentar a valorização dos resíduos e sub-produtos provenientes dos processos de tratamento</p> <p>Aumentar a eco eficiência</p>
Contribuir para a protecção da natureza e da biodiversidade	Requalificar o Ambiente, valorizar a paisagem e proteger a biodiversidade
Contribuir para o combate às alterações climáticas	Aumentar a eficiência energética, reduzindo e compensando as emissões de gases com efeito de estufa

PRINCÍPIO

PROMOVER A GESTÃO, A CONSERVAÇÃO
E A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS

A SANEST está empenhada na preservação dos recursos que utiliza para desenvolver a sua actividade, desde as fases de planeamento, concepção e construção de infra-estruturas, até à fase de operação. Consciente dos impactes inerentes à sua actividade, a Empresa gere adequadamente os recursos que utiliza, adoptando as melhores tecnologias disponíveis e optimizando o potencial das infra-estruturas, dos subprodutos e dos resíduos que gere.

Destacam-se de seguida custos e investimentos em protecção ambiental, relativos ao ano de 2010.

Custos e Investimentos em Protecção Ambiental

Custos	Resíduos	331.431,33 €
	Efluentes gasosos	650,00 €
	Ruído	0,00 €
	Energia	0,00 €
	Seguro de responsabilidade ambiental	2.892,3 €
	Certificação ambiental	1.999,64 €
	Outros custos	307.508,53 €
Investimentos	Construção de infra-estruturas	5.494.769,29 €
	Outros investimentos	0,00 €

COMPROMISSO

PROMOVER A GESTÃO, A CONSERVAÇÃO
E A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS

65,9 MM³

DE VOLUME DE ÁGUAS RESIDUAIS
TRATADAS E DISPERSAS NO MAR.

111,5 T/ANO

DE CONSUMO DE REAGENTES NO
PROCESSO DE TRATAMENTO

A SANEST assume o compromisso de garantir a Sustentabilidade dos nossos processos, salvaguardando os recursos hídricos existentes e a sua utilização pelas gerações futuras.

Em 2010, o volume de águas residuais tratadas e dispersas no mar foi de 65,9 milhões de m³. Verificou-se um acréscimo de volume face ao ano de 2009 que está associado a eventos de precipitação anormal (Q1).

Sendo as águas residuais submetidas a um tratamento preliminar o consumo de reagentes no processo de tratamento não é significativo e corresponde ao valor 111,5 toneladas/ano.

O consumo de papel foi em 2010 de 0,9 toneladas.

Como já referido anteriormente, encontra-se ainda a decorrer a empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, que tem por objectivo melhorar o nível de tratamento das águas residuais afluentes ao Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (SSCE), a fim de cumprir a legislação, designadamente o Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, a Directiva Comunitária 91/271/CEE e a Decisão 2001/720/CE.

Nos termos do contrato da empreitada, o empreiteiro é responsável pela condução das instalações durante os períodos de pré-arranque e de arranque, utilizando sob a sua direcção e responsabilidade técnica os serviços do pessoal da SANEST.

Após a realização da totalidade dos ensaios e testes de funcionamento, que constituem o pré-arranque, a instalação ficará na condição de pronta para arranque, sendo após esta data possível iniciar a operação da nova ETAR da Guia, em fase de arranque, que terá a duração de um ano.

Após a realização dos ensaios respeitantes à fase de arranque, será efectuada a recepção provisória da empreitada pela SANEST, tendo como pressuposto o funcionamento da instalação dentro das garantias contratuais que se referem à verificação das eficiências de tratamento e de consumos de utilidades, continuamente nos últimos 2 (dois) meses desse ano de arranque.

As Entidades envolvidas reconhecem que, só após o funcionamento da instalação dentro das garantias contratuais, que se referem à verificação das eficiências de tratamento e de consumos de utilidades, continuamente nos últimos 2 (dois) meses do ano de arranque, a SANEST estará em condições de cumprir o estabelecido na Decisão 2001/720/CE.

A ETAR da Guia irá contar com um sistema de tratamento de água residual para reutilização, como água de serviço e de rega, designadamente de campos de golfe, e para outras utilizações urbanas, como a lavagem de ruas e de contentores de resíduos sólidos urbanos, o que constitui uma medida estratégica de conservação da água, tão necessária numa zona que, por si só, não é auto-suficiente em termos de recursos hídricos.

Este sistema de tratamento de água residual para reutilização encontra-se igualmente em fase de pré-arranque, pelo que em 2010 não se registou produção de água para reutilização.

0,9 T/ANO
DE CONSUMO DE PAPEL

COMPROMISSO

IMPLEMENTAR MEDIDAS DE MONITORIZAÇÃO E CONTROLO QUE PERMITAM REDUZIR OS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS E PROMOVER OS IMPACTES POSITIVOS

A SANEST assume o compromisso de desenvolver iniciativas que permitam controlar os impactes ambientais associados à nossa actividade.

A SANEST assegurou em 2010 o tratamento das águas residuais recolhidas na estação de tratamento, na qual são sujeitas a uma tamisagem, para remoção de sólidos grosseiros com diâmetro igual ou superior a 3 mm, e a uma desarenação, para extracção de areias de diâmetro igual ou superior a 0,2 mm, antes da respectiva descarga no mar, encontrando-se a Beneficiação do Tratamento em fase de pré-arranque. Nesta conjuntura, o Título de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais e para ocupação de domínio público hídrico estabelece as condições de descarga das águas residuais apenas a partir da data de entrada em pleno funcionamento da nova instalação, pelo que, não serão neste Relatório apresentados valores relativos ao grau de cumprimento dos parâmetros de descarga.

Sem prejuízo do atrás exposto o controlo e a monitorização destes efluentes são efectuados regularmente, de acordo com os planos internos de monitorização, de forma a assegurar que a qualidade da água rejeitada no meio receptor permita a sua utilização em segurança, desde a protecção dos ecossistemas naturais à prática balnear (foram realizadas um total de 99,94% das amostras previstas). Não podemos deixar de realçar, face aos resultados da monitorização que tem vindo a ser levada a efeito, que se mantém em 2010 a ausência de qualquer situação de deterioração das condições ambientais do meio receptor ou qualquer implicação sobre a qualidade das águas balneares da Costa do Estoril.

A SANEST deu também continuidade em 2010 ao controlo das descargas de águas residuais em situações de emergência, traduzindo-se as mesmas num total de 58 ocorrências, com um volume aproximado de efluente descarregado de cerca de 1,364 milhões de m³, todas elas reportadas à Entidade Competente, e maioritariamente associadas a eventos de precipitação anormal.

Em 2010 não se registaram ocorrências associadas a derrames de substâncias perigosas.

COMPROMISSO

AUMENTAR A VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS E SUB-PRODUTOS PROVENIENTES DOS PROCESSOS DE TRATAMENTO

A SANEST assume o compromisso de assegurar a quantificação rigorosa dos resíduos produzidos, bem como a optimização de práticas de gestão tendo em vista a valorização de lamas em subproduto.

A empreitada de Beneficiação do Tratamento, em fase de pré-arranque, incorpora tecnologias que permitirão a conversão de um resíduo num subproduto, mediante

a valorização agrícola das lamas, muito potenciada pela operação de secagem térmica, que higieniza as lamas, eliminando os microrganismos patogénicos. Em 2010 a quantidade de lama produzida não é reportada por se encontrar a instalação ainda em fase de pré-arranque, conforme já referido.

Sendo o sistema de tratamento actual, essencialmente, preliminar, os resíduos produzidos no processo são essencialmente gradados e areias, apresentando-se de seguida a sua evolução.

Resíduos Produzidos no Processo (T)

	2009	2010
Gradados	951	1035
Areias	1037	1064

Igualmente o aumento da quantidade produzida de gradados e areias está associado maioritariamente a um aumento da precipitação e inerente aumento do caudal de efluente na estação.

Ao nível das infra-estruturas de apoio destacam-se os resíduos produzidos nas actividades administrativas e de manutenção, com a seguinte distribuição:

O destino final é seleccionado respeitando o princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos, privilegiando o recurso às melhores tecnologias disponíveis com custos economicamente sustentáveis, sendo que os resíduos de processo são eliminados.

COMPROMISSO

AUMENTAR A ECO-EFICIÊNCIA

A SANEST assume o compromisso de gerir as suas actividades, de modo a reduzir os impactes ambientais.

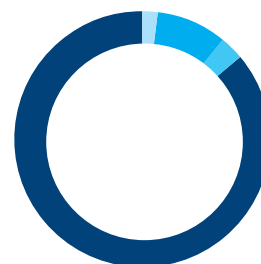
Ao nível da Eco-eficiência destaca-se o projecto de Beneficiação do Tratamento, em fase de pré-arranque, que prevê a valorização energética do biogás produzido no processo de depuração, compensando em larga medida as necessidades energéticas do próprio processo de tratamento.

O crescente aumento do consumo energético das sociedades desenvolvidas e emergentes, motivado pelo progresso económico e social, tem induzido a procura de alternativas focalizadas nas energias renováveis, que possam contribuir para assegurar o fornecimento de energia sem agravar o consumo de combustíveis fósseis e a emissão de gases com efeito de estufa.

Sensível a este problema a SANEST contemplou no projecto da Beneficiação do Tratamento da ETAR da GUIA a produção de energia eléctrica a partir do gás metano resultante da estabilização anaeróbia das lamas.

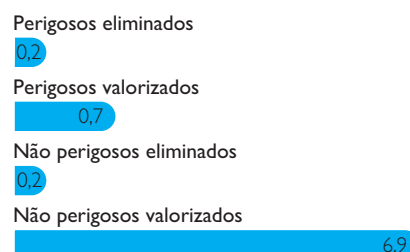
As estações de tratamento de águas residuais (ETAR) reúnem dois factores chave

INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO RESÍDUOS PRODUZIDOS (%)



- Não perigosos valorizados **86%**
- Não perigosos eliminados **2%**
- Perigosos valorizados **9%**
- Perigosos eliminados **3%**

RESÍDUOS PRODUZIDOS NAS INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO (T)



para o sucesso do aproveitamento energético do biogás produzido no tratamento de lamas: por um lado, produzem matéria-prima com potencial energético - lamas primárias e biológicas, na sequência do tratamento das águas residuais - e, por outro, necessitam de energia eléctrica para o funcionamento dos equipamentos electromecânicos e de calor para a manutenção de condições mesofílicas ou termofílicas da estabilização anaeróbia das lamas.

A SANEST considera que com a entrada em funcionamento da valorização energética do biogás produzido na estabilização anaeróbia das lamas, irá permitir obter um retorno financeiro, que contribui para o equilíbrio dos custos de investimento e de exploração, contribuindo igualmente para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono e o metano, e para a segurança de abastecimento energético à instalação, na medida em que assegura a alimentação de energia eléctrica em caso de falha no fornecimento pela rede nacional.

Em 2010 a SANEST deu continuidade à monitorização dos consumos de água, energia e papel.

PRINCÍPIO

CONTRIBUIR PARA A PROTECÇÃO DA
NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

A SANEST aposta na conservação da natureza e minimiza os impactes das suas actividades, visando a protecção dos ecossistemas e a recuperação ambiental e paisagística das áreas de intervenção.

COMPROMISSO

REQUALIFICAR O AMBIENTE, VALORIZANDO A
PAISAGEM E PROTEGENDO A BIODIVERSIDADE

A SANEST compromete-se com a promoção da recuperação paisagística e de habitats, contribuindo para a qualidade ambiental do País.

Apresenta-se de seguida a relação da Área total ocupada por infra-estruturas da SANEST em áreas protegidas (ha) e respectiva identificação (este indicador considera o valor das infra-estruturas em pré-arranque):

Relação da Área total ocupada por infra-estruturas da SANEST

	Área ocupada (ha)	Observações	Infra-estrutura
Parques Naturais	3,0	Parque Natural Sintra-Cascais	ETAR da Guia - ETFS
Parques Nacionais	0,0	–	–
Rede Natura	0,6	–	ETAR da Guia, Emissário Submarino, Interceptor Geral e Emissário da Castelhana
Outras	0,0	–	–

A SANEST tem em vigor um Procedimento para a identificação dos aspectos ambientais, associados às suas actividades, produtos e serviços, e para a avaliação e classificação dos impactes ambientais.

A classificação dos impactes permite definir as prioridades da empresa relativamente a:

- Definição de Objectivos, Metas e Programas de Gestão;
- Aquisição / desenvolvimento de competências;
- Implementação de medidas de controlo operacional;
- Definição de procedimentos de Emergência;
- Monitorização periódica.

No que se refere a trabalhos contratados, a implementação deste Procedimento conduziu ao desenvolvimento dos Planos de Gestão Ambiental das seguintes Empreitadas:

- Reabilitação do Emissário da Laje, Zona Baixa, entre a povoação da Laje e a Estação Elevatória
- Erradicação de Descargas e da Beneficiação da Descarga de Emergência da Falésia,
- Reabilitação do Emissário das Marianas ao longo do Bairro das Marianas e entre o bairro do Junqueiro e a Estação Elevatória de Carcavelos.

Consequentemente, a implementação destes Planos conduziu à adopção de diversas medidas de minimização de impacte ambiental na fase de obra, a nível dos descritores água, resíduos, ruído e vibrações, ar, solos, conservação da natureza, património cultural e socioeconómico.

A Empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril foi sujeita a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio. Neste âmbito, em 2000/2001, foi desenvolvido o Estudo de Impacte Ambiental, a nível de Estudo Prévio, e em Setembro de 2002 foi emitida a Declaração de Impacte Ambiental, favorável, condicionada ao cumprimento de 155 medidas de minimização de impacte ambiental, com ênfase nos descritores socioeconómicos, ordenamento do território, psico-social, segurança e recursos hídricos. Posteriormente, foi desenvolvido o Projecto de Execução e, em paralelo, o Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução. Em Junho de 2006, foi declarada a conformidade ambiental

do Projecto de Execução. Em 2010 deu-se continuidade à implementação das medidas de minimização de impacte ambiental estabelecidas na Declaração de Impacte Ambiental, destacando-se o seguinte:

- No sentido de reduzir a carga de sólidos descarregados através da Descarga de Emergência da Falésia, localizada na arriba fóssil entre a Boca do Inferno e a Guia, foi executada a empreitada de Execução da Beneficiação da Descarga de Emergência da Falésia, tendo sido desenvolvido o Plano de Gestão Ambiental para a Obra.
- Deu-se continuidade ao estudo que tem permitido avaliar o reduzido impacte ambiental das águas residuais sujeitas a tratamento preliminar no meio receptor.
- Desenvolvimento do Plano de Gestão Ambiental da Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais, de forma possibilitar a definição de aspectos ambientais e impactes mais significativos e respectivo modo de Gestão.
- Realização de diversos estudos de monitorização e de acompanhamento dos trabalhos de pré-arranque, de forma a garantir o cumprimento das medidas estabelecidas e das garantias contratuais da Empreitada.

Em 2010 a SANEST adjudicou e iniciou o desenvolvimento do Projecto de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da Estação de Tratamento da Fase Líquida e da Estação de Tratamento da Fase Sólida, tendo como objectivo melhorar o enquadramento visual dos espaços verdes envolventes das Estações de Tratamento e integrar essas instalações na paisagem envolvente, promovendo a consolidação de uma imagem positiva da actividade da SANEST junto da população servida pelo SSCE, em particular, no Município de Cascais.

Efectivamente a construção, e posterior pré-arranque, da Estação de Tratamento da Fase Líquida, na Guia, pela sua localização em malha urbana e envolvente habitacional de grande sensibilidade, obrigou, e vai obrigar, a cuidados redobrados em termos de segurança, de minimização de impactes, nomeadamente, ambientais, e de comunicação permanente com os moradores da zona, tendo em consideração uma obra desta natureza, dimensão e complexidade.

Além disso, a construção e posterior pré-arranque da Estação de Tratamento da Fase Sólida, em Murches, em frente a uma zona habitacional, tem consequências para a vida quotidiana dos moradores e utilizadores da zona confrontados com uma Estação de Tratamento que ocupa uma área de cerca de 4 hectares.

Nos termos da Declaração de Impacte Ambiental do Empreendimento, emitida em 16 de Setembro de 2002, em sede de Projecto de Execução foi apresentado e aprovado um Projecto de Integração Paisagística (PIP) para a Estação de Tratamento da Fase Líquida e Sólida o qual foi executado pelo Consórcio e se traduz nos arranjos paisagísticos actuais.

No entanto, os actuais arranjos paisagísticos não correspondem totalmente nem às expectativas dos moradores nem da SANEST, uma vez que consideramos que a integração paisagística de instalações de tratamento de águas residuais assume um papel determinante na forma como as populações encaram e aceitam a proximidade das mesmas de zonas residenciais e densamente povoadas.

Consideramos, assim, por um lado, que os espaços exteriores e áreas envolventes das referidas Estações devem transmitir para o exterior uma imagem cuidada, podendo mesmo constituir-se como espaços de referência, ocupando um papel fundamental num contexto de Educação Ambiental, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável.

O Projecto de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da Estação de Tratamento da Fase Líquida, traduz uma solução que consiste, genericamente, na definição de percursos, no reforço e na alteração das zonas de coberto vegetal, através da criação de áreas de prado, de herbáceas, de arbustos, bem como na instalação de mobiliário urbano junto à ciclovia para usufruto da população.

Em especial, foi contemplada a criação de uma cortina arbórea e arbustiva, criando uma barreira visual para a instalação e foi marcada a separação de zonas, através da introdução de paliçadas em madeira e de zonas em gravilha de basalto.

Foi, igualmente, contemplada a criação de uma zona de estadia, na praça exterior; de apoio à ciclovia, mediante a colocação de estruturas de sombreamento e bancos.

Relativamente ao Projecto de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da Estação de Tratamento da Fase Sólida, prevê um forte reforço da cortina arbórea e do melhor tratamento das zonas interiores, sendo ainda proposta a criação de um espelho de água, a alimentar com água reutilizada produzida na ETFL, bem como a criação de uma zona de lazer e desporto (campo de futebol), no âmbito da Responsabilidade Social da SANEST que constitui um dos seus compromissos, integrando a sua Política de Gestão.

Foi contemplada a criação de uma cortina arbórea e arbustiva, criando uma barreira visual para a instalação, marcada a separação de zonas, através da introdução de paliçadas em madeira e de zonas em gravilha de basalto e a criação de sinalética e percursos que permitam uma rápida apreensão do processo de tratamento, como guia para futuras visitas educacionais à instalação.

No exterior da vedação, é proposta a criação de uma zona ajardinada, que poderá ser utilizada livremente pela população, localizada no limite do terreno que confronta com a futura Via das Patinhas.

Julgamos que estes Projectos darão resposta às expectativas dos proprietários das residências próximas da Estação de Tratamento, bem como permitirá transformar a instalação num local de referência e ainda mais perfeitamente integrado na área em que se encontra implantado.

PRINCÍPIO

**CONTRIBUIR PARA O COMBATE ÀS
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

A SANEST aposta na produção de energia através do biogás e na selecção de equipamentos numa óptica de eficiência energética.

COMPROMISSO

**AUMENTAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA,
REDUZINDO E COMPENSANDO AS EMISSÕES
DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA**

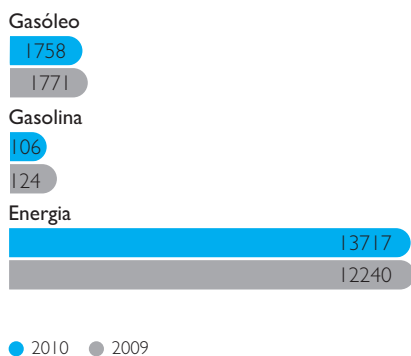
No âmbito da empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais, foram seleccionados os equipamentos tecnologicamente mais avançados, no que respeita

à garantia de obtenção dos níveis do tratamento dos efluentes, e numa óptica de eficiência energética.

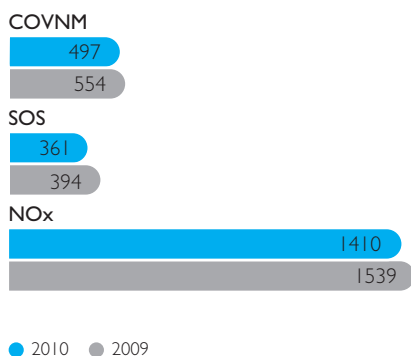
O projecto prevê também a valorização energética do biogás produzido no processo de depuração, compensando em larga medida as necessidades energéticas do próprio processo de tratamento (sistema de tratamento de lamas na ETFS com produção de biogás e posterior queima em motores de cogeração para produção de energia térmica e eléctrica).

O total de emissões directas e indirectas de gases com efeito de estufa é calculado com base nos respectivos consumos de energia, gasolina e gasóleo (GJ).

CONSUMOS DE ENERGIA DIRECTA E INDIRECTA (GJ)



NOX, SOX E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS PROVENIENTE DE FONTES MÓVEIS (Kg)



Total de emissões directas e indirectas de gases de efeito estufa (t)

	2009	2010
Electricidade	1.204	1.350
Gasolina	9	7
Gasóleo	131	130

O consumo de gás natural e o consumo de biogás, bem como as respectivas emissões associadas não são reportados por estarem associadas à Beneficiação do Tratamento, em fase de pré-arranque.

A SANEST identifica as principais fontes de poluentes atmosféricos associados à sua actividade e efectua o inventário das suas emissões. Não são determinadas as emissões associadas a fontes fixas da desodorização, caldeiras e cogeração pelo facto de a Unidade de Tratamento se encontrar em pré-arranque / fase de comissionamento. Assim, as emissões quantificáveis provêm essencialmente de fontes móveis, associadas ao consumo de combustíveis utilizados na frota automóvel (ligeiros e pesados).

Ao nível de outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa destacam-se as associadas ao transporte de resíduos e reagentes (não contabilizadas em 2010).

A SANEST mantém actualizado o levantamento dos equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono que existem nas instalações dos Serviços Centrais, da ETAR antiga,, da ETFL e da ETFS. A SANEST continuou a promover a realização das actividades de manutenção, conforme a legislação em vigor.



PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS COM OS ACCIONISTAS E COLABORADORES





3.2. EM SIMBIOSE COM OS ACCIONISTAS E COLABORADORES

3.1.1. PRINCIPIOS, COMPROMISSOS E METAS

Tendo por base os desafios identificados a SANEST definiu como princípio, na Simbiose com os Accionistas, a garantia da Sustentabilidade económica e a criação de valor para os Accionistas e demais Partes Interessadas.

Os Accionistas são partes interessadas fundamentais para qualquer sociedade e de uma importância acrescida na SANEST atendendo à sua dupla qualidade de Accionistas /Clientes.

Neste contexto a eficiência na gestão dos processos é essencial para cumprimento dos compromissos assumidos.

Por considerar que a certificação em Sistemas de Gestão da Qualidade, ao abrigo da norma NP EN ISO 9001, é fundamental para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos para com os Accionistas a SANEST obteve a sua certificação em 2009 e a renovação da mesma em 2010.



Por outro lado e relativamente à Simbiose com os Colaboradores a SANEST definiu como princípio a Valorização da Relação com os Colaboradores., por considerar o capital humano como factor dinamizador do sucesso e decisivo para a contínua excelência de serviço.

Neste contexto, no final de Dezembro de 2010, decorreu a 1ª. Fase da Auditoria de Certificação ao abrigo da norma de referência SA 8000 Responsabilidade Social

A concessão desta certificação à SANEST será o culminar de um longo processo que estamos certos permitirá uma gestão mais adequada dos recursos humanos associados às suas actividades no que respeita aos Colaboradores e aos Fornecedores permitindo o reconhecimento público da estratégia de Responsabilidade Social.

Por outro lado e considerando o compromisso de garantir as condições de Segurança em ambiente laboral reduzindo os riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as actividades, a SANEST implementou um sistema de Gestão de Segurança, que permite, para além do cumprimento da legislação aplicável, uma melhoria contínua ao nível do desempenho da SANEST e do controlo da actividade desenvolvida pela empresa.



Este esforço da SANEST, incluindo a formação e a melhoria dos procedimentos em matéria de Higiene, Saúde e Segurança, permitiu-lhe obter em 2009 a certificação do Sistema de Saúde, Higiene e Segurança no trabalho, ao abrigo da norma OSHAS 18001 – Sistemas de Gestão da Segurança.

Em 2010 a SANEST obteve a renovação da sua certificação do Sistema de Gestão da Segurança.

Nesta Simbiose a SANEST identificou como estratégicos dois princípios que consistem na garantia da Sustentabilidade económica e na criação de valor para os Accionistas e demais Partes Interessadas e na valorização da relação com os Colaboradores, tendo estabelecido os seguintes Compromissos:

Princípios	Compromissos
Garantir a Sustentabilidade económica do Grupo e a criação de valor para os Accionistas e demais Partes interessadas	Promovendo a credibilidade e a transparência dos modelos de gestão, aproximando-o dos requisitos exigidos às empresas obtidas em bolsa
	Promovendo a eficiência técnica, financeira e económica dos sistemas, assegurando valores mínimos garantindo o retorno do investimento accionista
Valorizar a relação com os Colaboradores	Garantir a igualdade de oportunidades
	Motivar e reconhecer o bom desempenho dos Colaboradores
	Melhorar os canais de comunicação interna
	Desenvolver o conhecimento e o potencial dos Colaboradores disponibilizando a formação necessária
	Reduzir os riscos a que estão sujeitos os Colaboradores no ambiente de trabalho

3.2.2. EM SIMBIOSE COM OS ACCIONISTAS

Considerando os Accionistas como Parte Interessada da sua actividade, a SANEST aposta no rigor técnico, económico e financeiro para o desenvolvimento do seu negócio.

PRINCÍPIO

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA DO GRUPO E A CRIAÇÃO DE VALOR PARA ACCIONISTAS E DEMAIS PARTES INTERESSADAS

A SANEST aposta na Sustentabilidade económica como condição essencial para a concretização das orientações de gestão estabelecidas pelos Accionistas, das expectativas dos Colaboradores e demais Partes Interessadas, e dos seus compromissos com o Ambiente e com a Qualidade de Serviço prestado à Comunidade.

COMPROMISSO

PROMOVER A CREDIBILIDADE E A TRANSPARÊNCIA DOS MODELOS DE GESTÃO APROXIMANDO-OS DOS REQUISITOS EXIGIDOS ÀS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA

A SANEST aposta numa gestão rigorosa, assegurando os princípios de transparência e credibilidade nas vertentes financeira e operacional do negócio. Os valores da integridade, diálogo, ética, rigor e responsabilidade estão presentes na gestão do negócio. Os princípios, as regras e as normas de conduta estão definidos no Código de Conduta e Ética.

Código de Conduta e Ética

O Código de Conduta e Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em Novembro de 2008, "vem expressar o compromisso da SANEST com uma Conduta Ética nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objectivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis e a criação de um ambiente de trabalho que promova o respeito, a integridade e a equidade".

O Código de Conduta e Ética pretende ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os Colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento, quer entre Colaboradores, quer com os públicos externos.

Visa, igualmente, cimentar no Grupo a existência e a partilha de Valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum, procurando promover relações de confiança entre o Grupo e os seus parceiros, reduzindo a subjectividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos e respondendo ao desafio cívico de alicerçar a Sociedade em princípios éticos, que respeitem as orientações de Organizações supra nacionais.

Tendo sido o Código de Conduta e Ética, oportunamente, divulgado a todos os Colaboradores da SANEST e encontrando-se disponível quer no site da empresa

quer na intranet, têm, estes, a obrigação de conhecer e entender as suas directrizes, bem como os valores que lhes servem de base e de cumprir integralmente as disposições nele contidas.

Em 2010, e nos termos do disposto neste Código, foi criada a Comissão de Ética do Grupo AdP, à qual compete acompanhar, com isenção e independência relativamente aos órgãos sociais da sociedade, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta e Ética em todas as empresas do Grupo Águas de Portugal, mais concretamente:

- Estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta e Ética e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito;
- Garantir o respeito pelo Código de Conduta e Ética por parte de todos os seus destinatários;
- Zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento do Código de Conduta e Ética do Grupo, procedendo designadamente à avaliação das recomendações resultantes destas acções de controlo;
- Apreciar as questões que, no âmbito do cumprimento do Código de Conduta e Ética, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Auditoria Interna e Controlo de Risco, pelos colaboradores e igualmente por qualquer cliente ou parceiro de negócio (stakeholders);
- Submeter ao CA da AdP SGPS, a adopção de quaisquer medidas que considere convenientes neste âmbito, incluindo a revisão e acções de melhoria de procedimentos internos, bem como propostas de alteração do Código de Conduta e Ética;
- Elaborar um relatório anual, a apresentar ao CA da AdP SGPS, sobre as actividades desenvolvidas.

A comunicação com a Comissão de Ética poderá ser efectuada através do envio de e-mail para o endereço eticaadp@adp.pt (ao qual apenas têm acesso os membros da Comissão) ou através de correio escrito, tendo por destinatário o Presidente da Comissão de Ética e a morada da Sede do Grupo AdP (Rua Visconde de Seabra, 3, 1700-421 Lisboa).

Toda a informação enviada ao cuidado da Comissão será estritamente confidencial e esta reunirá sempre que necessário e obrigatoriamente pelo menos uma vez por trimestre.

Esta mesma informação foi divulgada a todos os colaboradores da SANEST e encontra-se disponível na no site e na intranet

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

A SANEST dispõe também de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas aprovado e enviado ao Conselho de Prevenção da Corrupção em Dezembro de 2009. Este documento identifica as principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de actos de corrupção, bem como os respectivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela Empresa visando a sua mitigação.

Em 2010 foi efectuada avaliação no âmbito do preenchimento do questionário remetido pela AdP para avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, não tendo sido identificados incidentes a este nível. Em 2010 não foram formados Colaboradores em políticas e procedimentos anti-corrupção.

Inspecções, coimas significativas e sanções

Em 2010 a SANEST não foi sujeita a inspecções, coimas significativas ou sanções resultantes de não-conformidades relativas ao cumprimento de leis e regulamentos.

Reclamações

A SANEST respondeu a um total de sete reclamações, todas elas associadas à Beneficiação do Tratamento. As referidas reclamações referem-se a questões relacionadas com odores e ruído.

COMPROMISSO

PROMOVENDO A EFICIÊNCIA TÉCNICA,
FINANCEIRA E ECONÓMICA DOS SISTEMAS,
ASSEGURANDO VALORES MÍNIMOS GARANTIDOS
DE RETORNO DO INVESTIMENTO ACCIONISTA

A SANEST compromete-se em assegurar a eficiência económica e financeira da sua gestão, bem como com a eficiência operacional do seu Sistema, garantia da nossa Sustentabilidade.

Enquanto Empresa de Serviço Público, a SANEST procura assegurar uma gestão adequada através da optimização de custos, de forma a garantir a sua Sustentabilidade económica, a Qualidade do Serviço prestado ao Cliente e a minimização dos seus Impactes.

Valor económico directo gerado, distribuído e acumulado

A criação de valor económico para os Stakeholders resultou na seguinte distribuição:

Valor económico directo gerado, distribuído e acumulado

2010

Valor económico directo gerado	16.603.752,02 €
Valor económico directo distribuído	28.833.134,40 €
Custos operacionais	1.9849.135,58 €
Salários e benefícios dos Colaboradores	3.035.807,53 €
Pagamentos a financiadores	1.126.552,36 €
Pagamentos ao estado	4.791.638,63 €
Investimentos na Comunidade	30.000,00 €
Valor económico directo acumulado	-12.229.382,08 €

Eficiência técnica

A estratégia definida no PEAASAR II e as orientações nacionais para as Entidades Gestoras do sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de Sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro de limites socialmente aceitáveis.

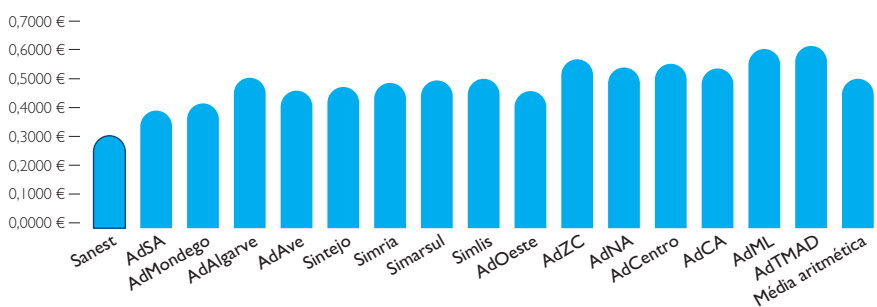
A ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos Serviços Públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária) que tem como principal objectivo harmonizar as estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazer-lhes racionalidade económica e financeira e assegurar a respectiva viabilidade e melhoria.

Um dos princípios de base desta recomendação é o da recuperação dos custos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros decorrentes da sua provisão, em condições de assegurar a Qualidade do Serviço prestado e a Sustentabilidade das Entidades Gestoras, operando num cenário de eficiência de forma a não penalizar indevidamente os utilizadores com custos resultantes de uma ineficiente gestão dos Sistemas.

De acordo com o disposto no Contrato de Concessão, anualmente, a SANEST apresenta propostas de orçamento e de projecto tarifário para o ano seguinte ao Concedente e à Entidade Reguladora.

Em 2010, a tarifa praticada pela SANEST foi de 0,32 €/m³, sendo deste modo a tarifa nacional mais baixa dos sistemas de saneamento de águas residuais em alta em 2010, de acordo com informação disponível no sítio da ERSA

TARIFAS DE ÁGUAS RESIDUAIS APROVADAS DAS ENTIDADES GESTORAS CONCESSIONÁRIAS DE SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS EM 2009 (€)



● 2009

FONTE: RASA RP 2009 (Vol. 2 Caracterização Económica do Sector)

Neste campo, a Empresa tem um impacto social relevante ao providenciar a todos os Municípios o mesmo serviço com a mesma tarifa.

3.2.3. EM SIMBIOSE COM OS COLABORADORES

Considerando o capital humano como factor dinamizador do sucesso, e decisivo para a contínua excelência do Serviço, a SANEST baseia a relação com os seus Colaboradores na confiança e na valorização das suas competências.

Em matéria de Recursos humanos, a SANEST centralizou a sua actuação em três níveis: motivação e reconhecimento através da avaliação de desempenho e atribuição de prémios individuais, dinamização de eventos e promoção de canais de comunicação internos, nomeadamente intranet e elaboração de folhetos informativos temáticos, e melhoria das condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

PRINCÍPIO

VALORIZAR A RELAÇÃO COM OS COLABORADORES

COMPROMISSO

GARANTIR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A SANEST compromete-se na promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades junto dos seus Colaboradores.

A evolução do Quadro de Pessoal da SANEST, nos últimos três anos, reflecte a adequação da organização e do efectivo da empresa aos novos desafios que permanentemente lhe são colocados, tendo em vista o cumprimento dos objectivos definidos.

N.º Total de Colaboradores

	2008	2009	2010
N.º Total de Colaboradores	70	74	86

Destacam-se, seguidamente, alguns aspectos do Quadro de Pessoal, nomeadamente, número médio de Colaboradores, repartição do efectivo, estrutura etária, habilitações académicas, vínculo à empresa e outros.

NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO

(%)

Sem termo



Termo incerto

0

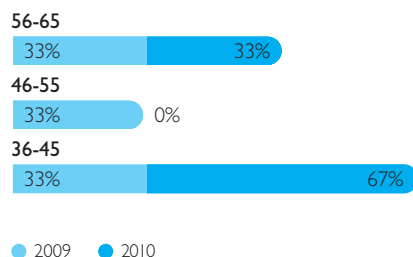
0

Termo certo



● 2010 ● 2009

**DISTRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
POR FAIXA ETÁRIA**
(%)



**DISTRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
POR GÉNERO**
(%)



Pode observar-se nos gráficos seguintes a caracterização e a repartição do efectivo da SANEST.

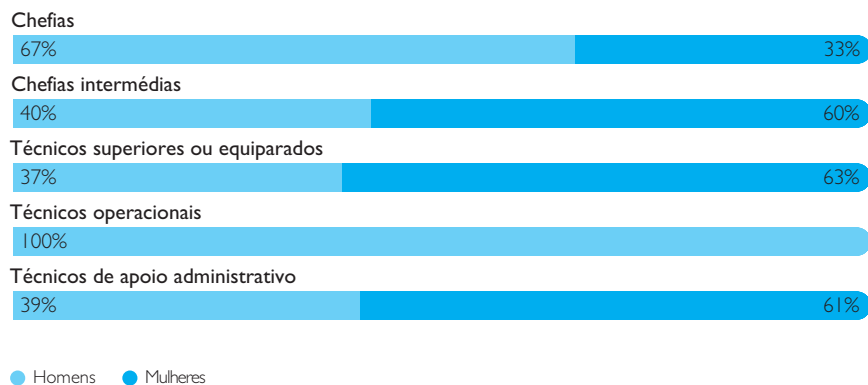
**CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES
POR CATEGORIA**
(%)



- Chefias **3%**
- Chefias intermédias **6%**
- Técnicos superiores ou equiparados **19%**
- Técnicos operacionais **51%**
- Técnicos de apoio administrativo **21%**

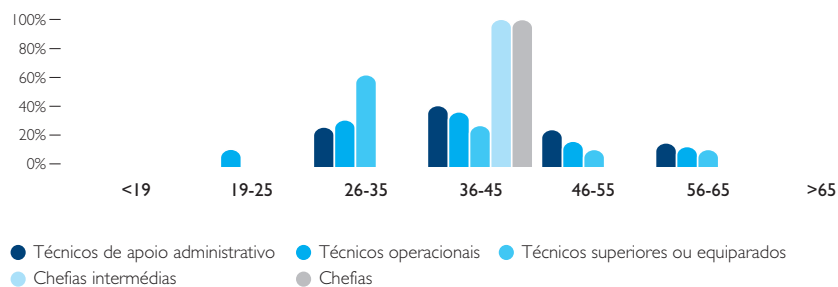
Verifica-se que no que respeita ao género, os Colaboradores estão representados em todas as categorias profissionais, à excepção dos técnicos operacionais, facto justificado pela tipologia de trabalho realizado.

CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA E GÉNERO
(%)



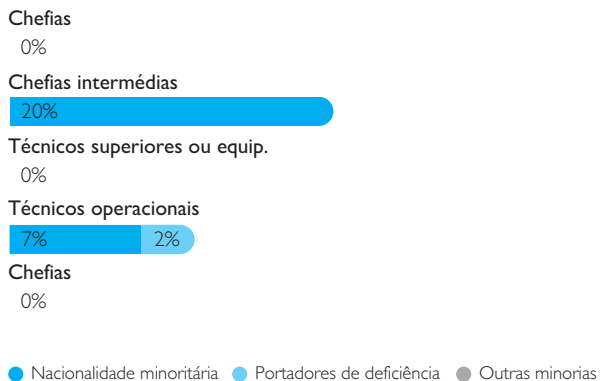
No que concerne à estrutura etária do efectivo da SANEST, pode constatar-se no quadro seguinte uma maior concentração na faixa etária dos 36-45 anos. O nível etário médio, em 31 de Dezembro de 2010, obtido através da divisão das idades pelo número de pessoas, situava-se nos 40 anos.

CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA E FAIXA ETÁRIA (%)



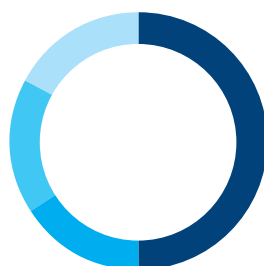
No que concerne à caracterização dos Colaboradores por categoria, pode constatar-se no gráfico seguinte a respectiva distribuição. Destaca-se a representatividade de Colaboradores de outras nacionalidades ao nível das chefias intermédias.

CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES POR CATEGORIA, DE ACORDO OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE (%)



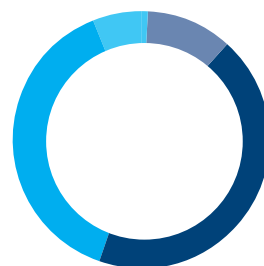
Relativamente à entrada e saída de Colaboradores a informação é apresentada de seguida:

**TOTAL DE SAÍDAS DE COLABORADORES
POR FAIXA ETÁRIA
(%)**



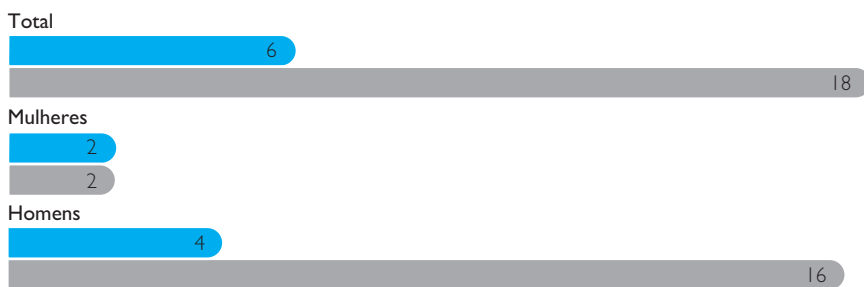
- <19 0%
- 19-25 0%
- 26-35 50%
- 36-45 16%
- 46-55 17%
- 56-65 17%
- >65 0%

**TOTAL DE ENTRADAS DE COLABORADORES
POR FAIXA ETÁRIA
(%)**



- <19 0%
- 19-25 11%
- 26-35 44%
- 36-45 39%
- 46-55 6%
- 56-65 0%
- >65 0%

**TOTAL DE ENTRADAS E SAÍDAS DE COLABORADORES POR GÉNERO
(nº)**



- Saídas
- Entradas

Destaca-se também a relação do salário médio entre homens e mulheres para as diferentes categorias profissionais.

Salário base mensal médio entre homens e mulheres, por categoria funcional (-)

Administradores executivos	1,03
Chefias	0,93
Chefias intermédias	0,74
Técnicos superiores ou equiparados	0,85
Técnicos operacionais	—
Técnicos de apoio administrativo	0,88

COMPROMISSO

MOTIVAR E RECONHECER O BOM
DESEMPENHO DOS COLABORADORES

A SANEST compromete-se em assegurar o desenvolvimento dos Colaboradores, alinhando o seu desempenho com a estratégia e objectivos do negócio.

No âmbito da estratégia de gestão de recursos humanos a SANEST apoia os seus Colaboradores, incentivando-os ao dinamismo e à proactividade através de desafios que apelam à sua criatividade e capacidade de inovação.

Esta estratégia visa por um lado, assegurar as necessidades das Empresas e por outro, as expectativas e satisfação dos Colaboradores, assegurando a motivação e o desenvolvimento de competências e profissionais de acordo com os objectivos de excelência do Grupo AdP.

Encontram-se implementados na SANEST mecanismos de avaliação de desempenho, através do qual cada Colaborador é avaliado e reconhecido pelo seu desempenho face às competências e objectivos individuais e partilhados, previamente fixados.

O Modelo de Avaliação de Desempenho procura alinhar o desempenho dos Colaboradores com a estratégia e objectivos de negócio e de actividade da Empresa, estimulando o desenvolvimento individual e profissional dos mesmos. O Processo de Gestão do Desempenho prevê que a avaliação seja parte de um processo permanente e contínuo que integra a observação, o acompanhamento, a avaliação e o desenvolvimento dos indivíduos.

No ano de 2010, cerca de 91% dos Colaboradores foram avaliados de acordo com a metodologia preconizada no sistema de avaliação de desempenho em vigor.

Os Administradores Executivos são anualmente avaliados em função do cumprimento dos objectivos fixados nos contratos de gestão celebrados, nos termos do previsto no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

O Sistema de Gestão de desempenho tem um papel central na identificação dos melhores contributos, dos talentos e das oportunidades de melhoria que permitem fortalecer o conjunto de competências da organização.

Ainda, na sequência da avaliação de desempenho o plano de formação, de cada Colaborador, poderá ser ajustado em função das áreas identificadas como a melhor e os Colaboradores poderão ver reconhecido o seu desempenho através da atribuição de remuneração variável, determinada com base no mérito e valor relativo das funções desempenhadas individualmente.

Em 2010 houve lugar à atribuição de remuneração variável, referente ao desempenho dos colaboradores no ano de 2009.

Adicionalmente a esta remuneração variável, são atribuídos aos Colaboradores da SANEST benefícios complementares à remuneração destacando-se os seguintes:

- Seguro de saúde, que relativamente aos Colaboradores efectivos abrange o agregado familiar directo;
- Acompanhamento interno da Médica do Trabalho;
- Campanhas anuais de acesso gratuito a vacinação contra a gripe;
- Horário de trabalho flexível, com excepção do regime de turnos;
- Apoio a estudos;
- Subsídio de alimentação;
- Subsídio de transporte;
- Apoio social financeiro, mediante a atribuição de adiantamentos; A empresa não dispõe de planos de aposentadoria.
- Manutenção no grupo de empresas subscritoras do “Código de Conduta Empresas e VIH”, elaborado no âmbito da Plataforma Laboral contra a SIDA, assumindo-se como interlocutora privilegiada na resposta à infecção pelo VIH no local de trabalho, nomeadamente nas vertentes da não discriminação, da prevenção e do acesso ao tratamento. Participação na acção de Intensiva relativa à Problemática do VIH/Sida em Contexto Laboral, organizada pela AdP (participação de RH (Recursos Humanos), ser (Sistema de Responsabilidade Empresarial) e CEA (Comunicação e Educação Ambiental)).

COMPROMISSO

MELHORAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Em 2010 destaca-se a elaboração de um Plano de Comunicação Interna que prevê a realização de um estudo sobre o ponto de situação da Comunicação Interna através de um inquérito dirigido a todos os Colaboradores, a realizar em 2011, visando fortalecer o recurso dos seguintes canais:

Intranet

Reformulação e desenvolvimento da Intranet que permita a centralização e fácil acesso de toda a informação, considerada relevante, para os colaboradores, e que permita a recolha de sugestões e comentários por parte dos mesmos, assegurando uma interacção constante.

E-mail

Atribuição de endereço de e-mail da empresa a todos os colaboradores, por forma a que a intranet e o e-mail passem a ser utilizados como o veículo privilegiado de divulgação de informação.

Painéis Informativos

Deverão continuar a permitir a transmissão de informação, devendo desenvolver-se um esforço no sentido de gradualmente a intranet e o e-mail assumirem um papel predominante.

Questionários

Realização de um estudo de clima através de um inquérito a todos os colaboradores da SANEST a ter lugar no 1º. Trimestre de 2011, com vista à elaboração e implementação de um Plano de Comunicação Interna.

Caixas de Sugestões

Permitem a recolha de sugestões por parte de todos os colaboradores e serão atribuídos prémios relativamente às três melhores sugestões apresentadas no ano civil anterior.

O Plano de Comunicação Interna encontra-se em fase de desenvolvimento pelo que os Meios definidos poderão vir a sofrer alterações em função do Plano a implementar.

Sendo a SANEST uma empresa que apresenta uma relativa dispersão geográfica dos seus Colaboradores a intranet e o correio electrónico é um meio privilegiado de difusão de informação interna.

Face a esta constatação a SANEST no final do ano de 2010 deu inicio aos procedimentos necessários e que culminarão em 2011 com a atribuição de endereço electrónico a todos os Colaboradores e a disponibilização de Postos de Consulta, permitindo a consulta, por todos os colaboradores, quer do seu email, quer da intranet.

Assim, sempre que exista a necessidade de comunicar alguma informação ou novo procedimento, a empresa envia aos Colaboradores regulamentos internos, ordens de serviço ou simples comunicados, disponibiliza-os na intranet e informa, disso mesmo, via correio electrónico.

Com estas acções, a SANEST pretende que a informação seja compreendida pelos seus Colaboradores, privilegiando uma comunicação descendente e ascendente, a qual permitirá a informação e o envolvimento nos processos e decisões da Empresa.

COMPROMISSO

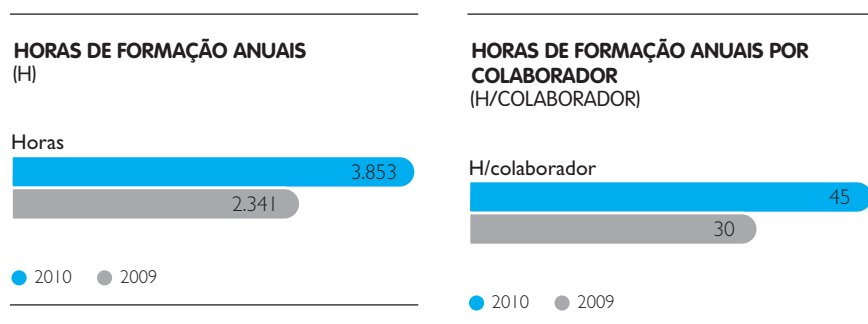
**DESENVOLVER O CONHECIMENTO E O
POTENCIAL DOS COLABORADORES,
DISPONIBILIZANDO A FORMAÇÃO NECESSÁRIA**

A SANEST compromete-se com a formação dos nossos Colaboradores e o desenvolvimento das suas competências, promovendo oportunidades de crescimento profissional.

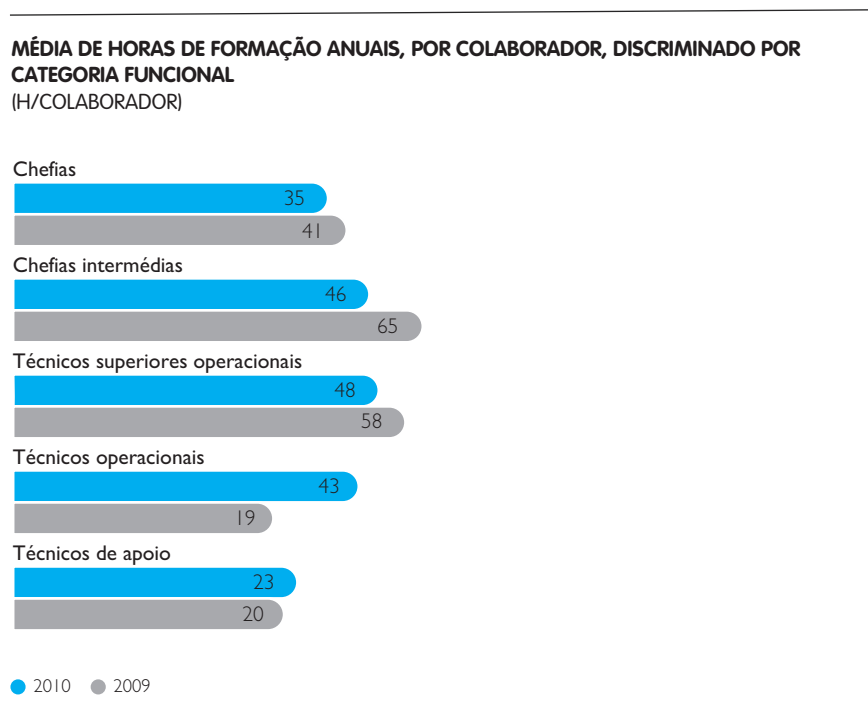
Garantir que os Colaboradores têm as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das suas competências constitui outro eixo fundamental ao nível dos Recursos Humanos. A SANEST promove o crescimento profissional dos seus Colaboradores, visando a expansão das suas aptidões e dos seus conhecimentos.

O desenvolvimento das acções de formação e de sensibilização considera o especificado no respectivo Plano Anual e nas necessidades adicionais identificadas, sendo considerados os elementos identificados para a proposta de definição de Objectivos e as necessidades de obtenção de competências específicas pelos Colaboradores, tendo em consideração os respectivos planos de desenvolvimento pessoal.

No ano de 2010 realizaram-se um total de 3853 horas de formação, sendo o valor médio de 45 horas por colaborador, o que se traduz num acréscimo face a 2009.



Sendo a distribuição das acções de formação pelas categorias profissionais do efectivo da Empresa de acordo com o apresentado de seguida:



Em 2010 o total de horas de formação para colaboradores em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações foi de 90 horas, sendo formados um total de 47 Colaboradores.

Outro mecanismo dinamizado pelo Grupo AdP no âmbito do Plano de Desenvolvimento Pessoal e de Gestão de Carreiras é a mobilidade intra-grupo. O Grupo AdP entende que a mobilidade intra-grupo constitui uma importante

ferramenta na preparação de colaboradores para novas funções e para a transferência de know-how.

Em 2010 a SANEST contribuiu para a mobilidade interna no Grupo Águas de Portugal ao ceder às Águas do Oeste uma Colaboradora, que por sua vez cedeu à SANEST uma outra Colaboradora.

Estas cedências tiveram por base a vontade manifestada por estas duas Colaboradoras, que com esta “troca” ficariam mais próximas das suas residências, o que representa uma clara melhoria na conciliação das suas vidas familiares e profissionais.

COMPROMISSO

**REDUZIR OS RISCOS A QUE ESTÃO SUJEITOS
OS COLABORADORES NO AMBIENTE DE
TRABALHO**

A SANEST compromete-se com a melhoria das condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Efectivamente a identificação e avaliação das condições de trabalho têm sido uma das preocupações da SANEST que permitem caracterizar os potenciais riscos a que os Colaboradores se encontram expostos no exercício da sua função.

Desta forma, tornou-se possível implementar medidas de controlo, para a redução da sinistralidade, com a disponibilização de meios destinados à prevenção e protecção colectiva e individual, assim como ao desenvolvimento de planos de emergência.

A Empresa dispõe de dois Representantes eleitos dos trabalhadores em matéria de SHST, que exercem funções de acordo com o previsto na legislação em vigor e que representam a totalidade dos Colaboradores da Empresa.

Com o início do Pré-Arranque da Empreitada de Beneficiação da ETAR da Guia e nos termos do contrato da empreitada, o empreiteiro é responsável pela condução das instalações durante os períodos de pré-arranque e de arranque, utilizando sob a sua direcção e responsabilidade técnica os serviços do pessoal da SANEST.

O cumprimento desta disposição contratual e a segurança dos Colaboradores da SANEST foi uma das maiores preocupações da SANEST ao longo do ano de 2010, que se viu forçada a substituir-se ao Consórcio, responsável pela empreitada, sempre que considerou estar em causa a Segurança dos seus Trabalhadores.

Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho (-, %, n.º)

	2010
Índice de frequência	58
Taxa de doenças profissionais (%)	0
Taxa de gravidade	407
Taxa de absentismo (%)	5
Óbitos (n.º)	0

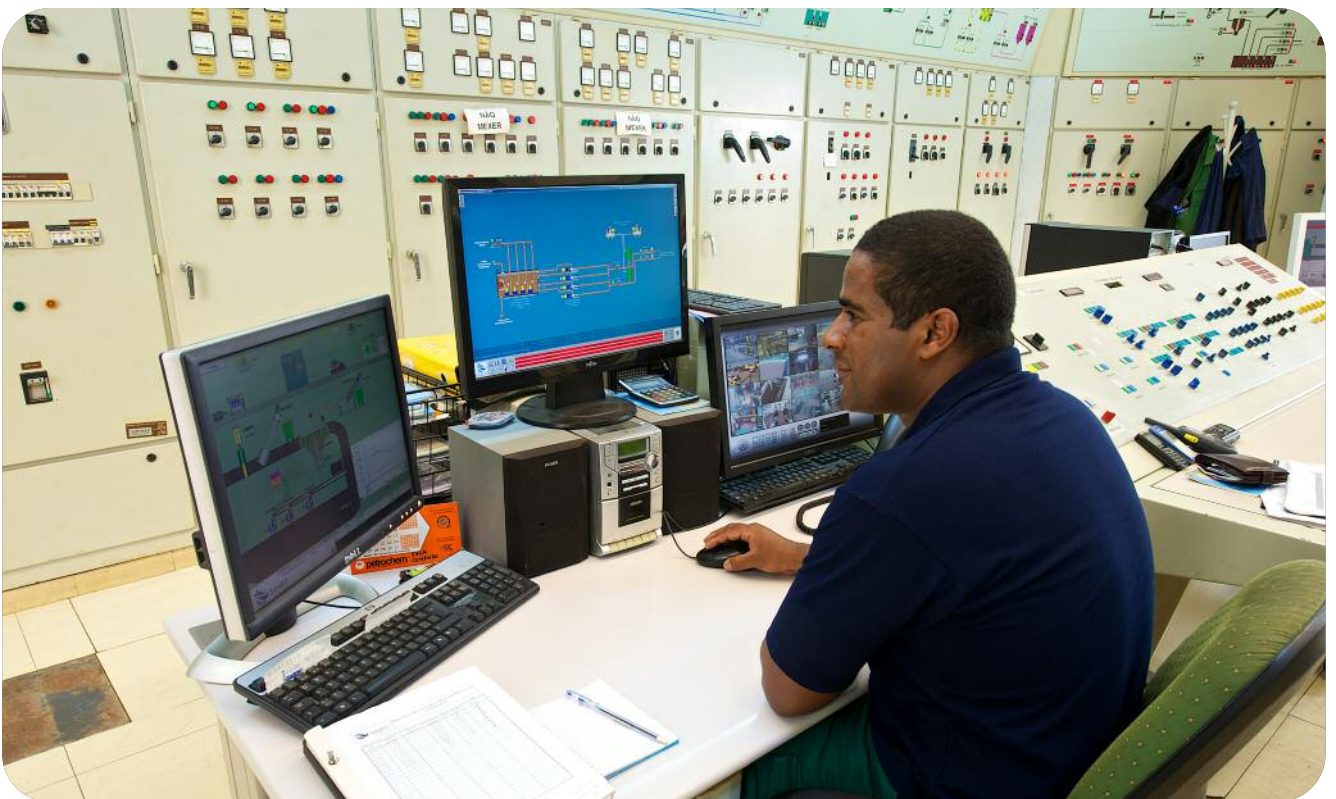
No presente ano, 2010, os índices de sinistralidade tiveram um índice de frequência maior relativamente aos anteriores, devido ao maior número de acidentes ocorridos. A taxa de gravidade não sofreu no entanto alteração significativa, uma vez que parte dos acidentes ocorridos apenas tiveram entre zero e um dia de baixa.

A taxa de absentismo, obtida através da fórmula de ausências ao trabalho/ potencial horas de trabalho no ano foi, em 2010, de 5%. Para esta percentagem concorreram essencialmente, as ausências devidas a baixas por doença e por acidente de trabalho.



3.
AS SIMBIOSES

3.2
EM SIMBIOSE COM OS ACCIONISTA E
COLABORADORES



PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS COM A COMUNIDADE





3.3. EM SIMBIOSE COM A COMUNIDADE

3.3.1. PRINCIPIOS, COMPROMISSOS E METAS

A prestação de um Serviço Público, cada vez mais abrangente e contínuo, de qualidade elevada, com tarifas socialmente aceitáveis, tem acompanhado o desenvolvimento da SANEST e marcado presença no dia-a-dia da Empresa e na sua visão de futuro. A relação com os Fornecedores e com a Comunidade local, e a aposta na investigação são também eixos de actuação nesta matéria, encarados, não apenas como uma missão da Empresa, mas também como forma de potenciar o seu papel no desenvolvimento do país, a nível social, ambiental, económico e tecnológico.

Tendo por base os desafios identificados, a SANEST definiu três princípios estratégicos nesta Simbiose, a prestação de um Serviço Público de qualidade elevada e tarifas socialmente aceitáveis, a partilha dos princípios de Sustentabilidade na relação com as Partes Interessadas e a dinamização da investigação e desenvolvimento (I&D).

Princípios	Compromissos
Prestar um Serviço Público de qualidade elevada e tarifas socialmente aceitáveis	Aumentar a fiabilidade e a qualidade do Serviço Público prestado
Partilhar os princípios de Sustentabilidade na relação com as Partes Interessadas	Investir na relação com os Fornecedores Promover uma aproximação crescente à Comunidade e sensibilizar para a adopção de comportamentos sustentáveis
Criando parceria, em cooperação com os meios académico e empresarial, com vista à promoção da I&D e da inovação	Utilizando as melhores tecnologias disponíveis numa óptica de eficiência Apostar na inovação como factor de promoção da competitividade e Sustentabilidade Potenciar a partilha de conhecimento e a transferência de tecnologia

PRINCÍPIO | PRESTAR UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE ELEVADA E TARIFAS SOCIALMENTE ACEITÁVEIS

A SANEST desempenha um papel importante no domínio da saúde pública, prestando um Serviço de Qualidade, com tarifas socialmente aceitáveis de forma abrangente.

COMPROMISSO

AUMENTAR A FIABILIDADE E A QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO

A SANEST compromete-se com a prestação de um Serviço Público de confiança, com Qualidade e rigor

Consciente da responsabilidade do Serviço Público que presta, a SANEST tem desenvolvido esforços no sentido de dotar o seu Sistema de ferramentas que permitam uma gestão mais eficaz, sendo a monitorização um elemento fundamental na qualidade do Serviço prestado.

A entidade reguladora, ERSAR, monitoriza a Qualidade de Serviço, através de um conjunto de indicadores.

Em 2010, com base na experiência acumulada desde 2004, a ERSAR reformulou os indicadores que utiliza para proceder à avaliação da qualidade de serviço prestado. A análise da ERSAR aos resultados da Avaliação da Qualidade de Serviço da SANEST em 2010 pode ser consultada em www.ersar.pt.

PRINCÍPIO

PARTILHAR OS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE NA RELAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

O envolvimento dos Stakeholders no negócio é uma forma de actuação da SANEST, que promove a participação dos parceiros, procurando a melhoria contínua do seu desempenho económico, ambiental e social.

A SANEST conseguiu, em 2010, a manutenção da Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, respectivamente, à luz dos referenciais NP EN ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, que abrangeu todas as instalações do Sistema e iniciou a implementação e desenvolvimento do Sistema de Responsabilidade Social com vista à certificação à luz dos referenciais da SA 8000:2008.

No contexto da Política de Gestão aprovada, da norma de Responsabilidade Social SA 8000 e do processo tendente a obter esta Certificação o Conselho de Administração aprovou os compromissos seguintes:

OS NOSSOS COMPROMISSOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL



No contexto da Política de Gestão aprovada e da norma de Responsabilidade Social SA 8000 a SANEST assume os seguintes compromissos:

TRABALHO INFANTIL

Não toleramos qualquer forma de trabalho infantil.

TRABALHO FORÇADO E COMPULSÓRIO

Não nos envolvemos, nem apoiamos a utilização de trabalho forçado ou compulsório, sob qualquer forma ou condição.

SAÚDE E SEGURANÇA

Promovemos a criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável num quadro de respeito integral dos compromissos de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

Respeitamos o direito dos Trabalhadores de associação e de negociação colectiva.

DISCRIMINAÇÃO

Reprovamos qualquer forma de discriminação, seja em razão da raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião, filiação política, ou qualquer outra que viole os direitos humanos.

PRÁTICAS DISCIPLINARES

Não nos envolvemos nem toleramos a utilização de punição corporal, mental, coerção física ou abuso verbal.

HORÁRIO DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

Asseguramos a conformidade com a legislação aplicável em matéria de horário de trabalho, devendo quaisquer excepções ser devidamente justificadas e aprovadas.

REMUNERAÇÃO

Respeitamos o direito dos Trabalhadores a um salário de subsistência e asseguramos que os salários pagos por uma semana normal de trabalho satisfazem, pelo menos, os padrões mínimos aplicáveis e são suficientes para atender às necessidades básicas, proporcionado alguma renda extra.

SISTEMAS DE GESTÃO

Comprometemo-nos com a implementação de um Sistema de Responsabilidade Social, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, respeitando os instrumentos internacionais respectivos e as suas interpretações, com vista à salvaguarda dos compromissos assumidos.

AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO

NO FINAL DE DEZEMBRO
DECORREU A 1ª FASE DA
AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO
AO ABRIGO DA NORMA DE
REFERÊNCIA SA 8000
RESPONSABILIDADE COM
VISTA À OBTENÇÃO DA
CERTIFICAÇÃO A QUAL FOI
CONCEDIDA EM JUNHO
DE 2011

Ao nível da Responsabilidade Social e Sustentabilidade, destaca-se em 2010:

- Desenvolvimento e actualização da Política de Gestão e Compromissos associados, de forma a incluir requisitos específicos da norma SA8000, com consequente adesão voluntária ao conjunto de princípios e cartas internacionais previstos na referida norma;
- Realização da Auditoria de Diagnóstico de Responsabilidade Social e respectiva definição de correcções / acções correctivas, designadamente através da definição de Objectivos específicos em matéria de RS;
- Revisão dos Procedimentos do Sistema de Gestão Integrado com relevância na referida norma (incluindo planeamento do SGI, Revisão pela Gestão, Gestão da Documentação, Auditorias, Avaliação e Qualificação de Fornecedores, Não Conformidades, Gestão de Recursos Humanos e elaboração do Procedimento de Trabalho Infantil e respectiva disponibilização no site);
- Realização de acção de formação para a RS com os Colaboradores da SANEST (esta acção conjuntamente com outra representam um total de 44 Colaboradores formandos, a 1,05 horas / colaborador);
- Promoção da eleição do Representante dos Trabalhadores para a RS e implementação das caixas de sugestões;
- Envolvimento das Entidades Externas Contratadas tendo em vista a optimização do desempenho relativamente aos requisitos do SGI (ver compromisso específico);
- Optimização e desenvolvimento dos Processos de Comunicação tendo em vista um maior envolvimento com as Partes Interessadas da Empresa.

Relativamente a organizações sindicais, 12 Colaboradores da SANEST são sindicalizados, correspondendo a um total de cerca de 14 % dos Colaboradores da Empresa. Não foram identificados em 2010 quaisquer casos de discriminação associados ao direito de liberdade de associação e sindicalização. O mesmo se aplica ao trabalho infantil e ao trabalho forçado e compulsório. Qualquer destas situações está salvaguardada nos compromissos de Responsabilidade Social assumidos em 2010 pela SANEST, compromissos esses que fazem parte integrante da Política de Gestão em vigor na Empresa.

COMPROMISSO

INVESTIR NA RELAÇÃO COM OS FORNECEDORES

A SANEST compromete-se com a construção de parcerias sustentáveis com os nossos Fornecedores.

A SANEST acredita que a criação de parcerias, com os seus Fornecedores, contribui para aumentar a eficiência e a Sustentabilidade da Empresa. As políticas de contratação de fornecedores são as que decorrem da legislação nacional aplicável, sendo definidos critérios de selecção ajustados a cada caso de forma a promover a igualdade de oportunidades.

Além das cláusulas relativas à obrigatoriedade do cumprimento legal, incluídas nos contratos com os Fornecedores, têm sido definidos critérios referentes a Ambiente, Segurança e Direitos Humanos, que visam assegurar a adopção das boas práticas definidas pela Empresa.

Em 2010 a SANEST aprovou o Regulamento de Entidades Externas Contratadas, que inclui requisitos de Responsabilidade Social, de Ambiente e de SHST, com

obrigatoriedade da assinatura da respectiva Declaração de aceitação por parte das referidas Empresas. O REEC passou a fazer parte integrante dos requisitos de contratação nos novos contratos realizados a partir do segundo semestre de 2010. Para as Empresas que detêm contratos anteriores a essa data o Regulamento tem vindo a ser enviado de forma sistemática e planeada, sendo que o primeiro envio abrangeu as Empresas que constam da lista de Fornecedores Aprovados, no contexto da respectiva avaliação e o segundo Empresas com fornecimentos de valor anual superior a 5000 Euros.

A distribuição dos contratos realizados em 2010 que incluem cláusulas de direitos humanos pode ser verificada no quadro seguinte:

Contratos estabelecidos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos (%)

Empreitadas, fiscalização e projectos	100,00
Operação e manutenção de infra-estruturas	100,00
Outros contratos	47,62

No ano de 2010 decorreu também a primeira Auditoria de Responsabilidade Social a um Fornecedor.

No âmbito do seu Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança a SANEST desenvolveu pelo segundo ano consecutivo a avaliação dos Fornecedores, de acordo com o especificado em procedimento interno aprovado, tendo sido avaliados um total de 77 Fornecedores.

COMPROMISSO

PROMOVER UMA APROXIMAÇÃO CRESCENTE À COMUNIDADE E SENSIBILIZAR PARA A ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS

A SANEST compromete-se com o bem-estar da Comunidade em todas as suas actividades.

Em 2010 a SANEST desenvolveu o Projecto de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da Estação de Tratamento da Fase Líquida e da Estação de Tratamento da Fase Sólida.

O projecto visa melhorar o enquadramento visual dos espaços verdes envolventes das Estações de Tratamento da Fase Líquida e da Fase Sólida e integrar essas instalações na paisagem envolvente, promovendo a consolidação de uma imagem positiva da actividade da SANEST junto da população servida pelo SSCE, em particular, no Município de Cascais.

Possuindo a SANEST responsabilidades económicas, ambientais e sociais foi desenvolvido e aprovado em 2010 o Plano Global de Comunicação, de forma a melhorar e comunicar o seu comportamento ético, simultaneamente, quanto à qualidade de vida dos seus Colaboradores e das suas famílias, da Comunidade e da Sociedade como um todo.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO PARA A COMUNICAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SANEST DEFINIU COMO OBJECTIVO ESTRATÉGICO PARA A COMUNICAÇÃO PARA OS ANOS DE 2011 E 2012 A GARANTIA DA SATISFAÇÃO DOS STAKEHOLDERS DA EMPRESA NO ÂMBITO DA SUA MISSÃO

Para tanto, considerando o seu Sistema de Gestão Integrado, importa que o processo de comunicação, a implementar, preveja um envolvimento específico com as Partes Interessadas, por forma a identificar as suas expectativas, salvaguardar os compromissos da Empresa, no que a esta matéria concerne, e especificamente:

- Promover, considerar e satisfazer os respectivos interesses;
- Actuar de forma socialmente responsável;
- Reforçar a colaboração, fortalecendo a mútua confiança entre as Partes;
- Confirmar a relevância dos temas a incluir no futuro relatório de Sustentabilidade da Empresa, dando continuidade à comunicação do seu desempenho.

Desta forma, o Plano de Comunicação irá desenvolver uma Estratégia de Comunicação que integre os desafios associados ao desenvolvimento da Política de Gestão aprovada, assente nos princípios de Responsabilidade Social em vigor e na estratégia de Sustentabilidade da Empresa, que se baseia na criação de Simbioses com os seus Accionistas e Colaboradores, com o Ambiente e com a Comunidade.

Assim, o Plano Global de Comunicação da SANEST deverá acolher os objectivos do Grupo Águas de Portugal, os interesses de comunicação dos Municípios servidos, a entrada em funcionamento do novo processo de tratamento da ETAR da Guia e os desafios associados ao desenvolvimento e melhoria contínua do seu Sistema de Gestão Integrado.

Em 2010 deu-se, neste contexto, continuidade à Campanha "Amar o Mar" através da manutenção do site específico dedicado à Beneficiação do Tratamento, continuidade do serviço de call center e dos contactos com os moradores das áreas vizinhas.

A SANEST tem ainda uma estreita ligação com associações de carácter profissional, industrial e técnico, aderindo e acompanhando assuntos relevantes para a empresa.

Tipo	Lista das Associações
Core Business) (água, resíduos e energia	APESB – Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental, APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, APRH – Associação Portuguesa de Recursos Hídricos
Ambiental, cultural e social	ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa
Industrial e empresarial	APCE – Associação Portuguesa de Comunicação



2010



CELEBRAÇÃO DE DIAS TEMÁTICOS INTERAGINDO COM A COMUNIDADE LOCAL

Ao longo do ano de 2010 a SANEST realizou várias acções relacionadas com o envolvimento com a Comunidade, nomeadamente:

FEIRA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Com o objectivo de informar a comunidade, nomeadamente os Municípios servidos pelo Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, a SANEST apoiou e participou na edição de 2010 da Feira do Movimento Associativo da Brandoa, divulgando a sua actividade e distribuindo suportes de comunicação aos visitantes da feira.

FESTIVAL DE MÚSICA DE SINTRA

A participação da SANEST junto da Comunidade, estende-se também a eventos de âmbito cultural como foi o Festival de Música de Sintra. Neste evento apoiado pela SANEST, promoveu-se a actividade da Empresa no quadro da Sustentabilidade Ambiental e Social junto de um público vasto, heterogéneo e conhecedor das temáticas do Ambiente.

NOSSA SENHORA DO CABO ESPICHEL

Ainda no Município de Sintra, a SANEST apoiou este evento destinado a uma Comunidade local ligada ao Mar, elemento que está no DNA da SANEST, transmitindo a mensagem da necessidade de protecção do meio marinho.

APOIO À SELECÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO ADAPTADA

A SANEST aderiu à iniciativa da Águas de Portugal de apoio à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. Durante três anos, por cada postal electrónico de Natal enviado pelos Colaboradores, a Empresa entregará €0,50 (cinquenta cêntimos) de donativo à Selecção Portuguesa de Natação Adaptada para a preparação da participação nos Jogos Paralímpicos de 2012, em Londres. Em 2010 foi entregue a primeira contribuição, referente aos postais electrónicos enviados no período do Natal de 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL IGBP/PORTUGAL

A SANEST apoiou a conferência internacional IGBP, que se realizou em Portugal, tendo como tema a "Mudança ambiental global na península Ibérica. Uma visão integrada", a qual teve como objectivo congregar os investigadores que desenvolvem estudos sobre a mudança global, estando organizada em torno de três eixos temáticos, a mudança ambiental: evidências do passado, tendências actuais de mudança: vulnerabilidade e resiliência e cenários de mudança ambiental e desafios para o futuro: mitigação, recuperação e adaptação.

REGATA ADO

Sendo o Mar o meio onde se finaliza o tratamento que a SANEST realiza na ETAR da Guia, a SANEST, a Costa do Estoril e o Mar, são vértices indissociáveis. Neste enquadramento, a SANEST apoiou a iniciativa de uma regata nas águas do Mar, na zona de influência Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, promovendo uma actividade amiga do Ambiente, a vela e, promovendo a prática de desportos saudáveis contribuindo para o bem estar e saúde dos participantes.

TRAVESSIA VASCO BESSONE DE FREITAS

Também ligada à Água, no Município de Oeiras, a SANEST apoiou esta iniciativa de natação e aproveitou o evento para divulgar junto da Comunidade a sua acção em prol do Ambiente.

REUNIÃO EUREAU LISBOA

A SANEST esteve presente na organização da reunião do Board Management da EUREAU que se realizou em Lisboa, em Outubro de 2010, e de cuja ordem de trabalhos constaram temas relacionados com as práticas de Gestão dos Serviços de Água e Gestão de Recursos Hídricos, especialmente no que se relaciona com a aplicação da WDF – Directiva Quadro da Água – nos Estados Membros da União Europeia.

APOIO A ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS LOCAIS

A SANEST apoiou associações locais que promovem junto da população mais jovem a prática de desportos vários, associados a acções de sensibilização ambiental, tendo como objectivo fundamental o foco dos jovens em actividades de interesse comunitário, desviando a sua atenção de práticas menos boas para o seu desenvolvimento humano e social.

ASSOC. ALZHEIMER PORTUGAL

Esta associação que tem em fase final de construção um centro de dia e apoio de cuidados a pessoas que sofrem da doença de Alzheimer, recebeu apoio da SANEST na aquisição montagem de um sistema de recuperação de energia, objectivo muito caro à SANEST quer no âmbito da Responsabilidade Social de participação com a Comunidade, quer no aproveitamento energético, contribuindo desta forma para a Sustentabilidade Ambiental.

DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

A SANEST em 2010, na sequência de uma consulta efectuada aos Municípios abrangidos pelo SSCE que indicaram quais as Instituições Carenciadas neles sedeadas, procedeu à doação de vários bens móveis, à Quinta de São Miguel, Centro Comunitário Intergeracional, Casa de Acolhimento Temporário.

PRINCÍPIO

CRIANDO PARCERIAS EM COOPERAÇÃO COM OS MEIOS ACADÉMICO E EMPRESARIAL, COM VISTA À PROMOÇÃO DA I&D E DA INOVAÇÃO

A SANEST compromete-se com a aposta na investigação e desenvolvimento do País, criando parcerias com os meios académicos e empresariais.

COMPROMISSO

UTILIZANDO AS MELHORES TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS NUMA ÓPTICA DE EFICIÊNCIA

Deu-se continuidade, iniciando o pré-arranque, faseado, das instalações, à execução da empreitada de Beneficiação do Tratamento que incorpora tecnologias que permitem:

- Garantir em absoluto que as águas residuais colectadas e tratadas pelo Sistema não serão a causa de qualquer problema de qualidade das águas balneares nas praias da Costa do Estoril;
- Recuperar água para ser reutilizada para rega, designadamente de campos de golfe, e para outras utilizações urbanas, como a lavagem de ruas e de contentores de resíduos sólidos urbanos, o que constitui uma medida estratégica de conservação da água, tão necessária numa zona que, por si só, não é auto-suficiente em recursos hídricos uma vez que importa água para consumo humano da bacia hidrográfica do rio Zêzere;
- A conversão de um resíduo num subproduto, mediante a valorização agrícola das lamas, muito potenciada pela operação de secagem térmica, que higieniza as lamas, eliminando os microorganismos patogénicos;
- A valorização energética do biogás produzido no processo de depuração, compensando em larga medida as necessidades energéticas do próprio processo de tratamento.

Os Projectos de Execução da Reabilitação do Emissário da Laje, Zona Baixa, entre a povoação da Laje e a Estação Elevatória e Erradicação de Descargas e de Reabilitação do Emissário das Marianas ao longo do Bairro das Marianas e entre o Bairro do Junqueiro e a Estação Elevatória de Carcavelos, contemplam a utilização das melhores tecnologias disponíveis, tendo em vista a minimização dos impactes ambientais e sociais inerentes à execução da obra, recorrendo a tecnologias de relining (encamisamento estrutural contínuo) e de microtunelagem. Os trabalhos de construção tiveram início em Novembro de 2008, no primeiro caso. No segundo caso, a Empreita foi adjudicada em 2010, para execução em 2011.

O Laboratório de análises físico-químicas e microbiológicas da ETAR da Guia irá permitir realizar, para além das análises de controlo de processo de tratamento na nova ETAR, estudos de optimização dos novos processos de tratamento, com vista à racionalização de recursos (reagentes, energia), sem comprometimento dos objectivos de tratamento.

A adopção do método analítico microbiológico Colilert irá permitir ter resultados das eficiências do tratamento de desinfecção em 18 horas, ao contrário dos vários dias necessários pelo método clássico (tubos múltiplos).

COMPROMISSO

APOSTAR NA INOVAÇÃO COMO FACTOR DE
PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE E
SUSTENTABILIDADE

Em 2010 destaca-se a adaptação e desenvolvimento do programa NAVIA para a gestão de operações do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. A implementação do programa NAVIA na gestão das operações nas várias vertentes do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril (Recolha e Transporte, Monitorização, Elevação e Tratamento) irá permitir a desmaterialização dos registos de operação e maior rapidez nas tomadas de decisão por parte dos gestores, com base em dados actuais registados pelos Operadores.

Em 2010 foi também implantada a solução de optimização e aceleração WAN - Solução de optimização de comunicações de dados - que permite maior rapidez no acesso a dados remotos e evita a contratação de maior largura de banda para ligação ao datacenter.

A SANEST tem desenvolvido estudos sobre a orla costeira em parceria com Instituições Académicas e de Investigação, para compreensão da influência no meio receptor das águas residuais tratadas descarregadas através do emissário submarino, bem como da influência das ribeiras na qualidade das águas balneares da Costa do Estoril.

Tendo como objectivo a preservação dos bens da Concessão, nos quais se incluem uma rede de saneamento com cerca de 144 km de extensão, a SANEST participou em vários estudos de optimização de operações, com vista à minimização dos recursos envolvidos.

Tendo em conta o nosso compromisso, em 2010, foram desenvolvidos os seguintes estudos:

1. **Monitorização Ambiental do Emissário Submarino da Guia e da ETAR da Guia**
– Estudo desenvolvido através de um Acordo de Cooperação estabelecido com o Instituto Superior Técnico, Laboratório Nacional de Energia e Geologia (ex-INETI), Universidade de Aveiro, Instituto Hidrográfico e Instituto Nacional de Recursos Biológicos/L-IPIMAR, que tem permitido avaliar o reduzido impacte ambiental das águas residuais sujeitas a tratamento preliminar no meio receptor, o qual sustentou, em anos anteriores, a Derrogação de Tratamento Secundário concedida ao Aglomerado da Costa do Estoril através da Decisão da Comissão 2000/1720/CE, de 8 de Outubro, que define o nível de tratamento da ETAR da Guia.
2. **Monitorização das Ribeiras e Praias da Costa do Estoril – Fase I** – Projecto-piloto inovador, desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico (MARETEC), pretende conceber um Sistema de Aviso e de Alerta das águas balneares da Costa do Estoril, indo ao encontro do estabelecido na nova Directiva da Águas Balneares (Directiva 2006/7/CE, de 15 de Fevereiro). Este Sistema de Informação, que se encontra em fase final de desenvolvimento, integra dados de sensores on-line instalados nas Ribeiras de Barcarena, Laje, Sassoeiros e Marianas, com medição da quantidade e qualidade da água, com Modelos Hidrodinâmicos de Circulação na Orla Costeira da Costa do Estoril (MOHID), desenvolvidos em anos anteriores para a SANEST, Modelos Meteorológicos e Modelos de Qualidade Microbiológica da Água, que permitirão conhecer o transporte e dispersão da poluição proveniente destas Ribeiras da Costa do Estoril ao longo da Orla Costeira,

conseguindo, assim, prever a contaminação fecal nas águas balneares em estudo, sempre que haja um evento de precipitação ou descargas que afectem a qualidade da água das Ribeiras. No desenvolvimento do estudo foram também elaborados os primeiros Perfis de Águas Balneares da Costa do Estoril, para as praias da Torre e Santo Amaro de Oeiras.

- 3. Estudo de Evolução da Degradação de Colectores** – Projecto-piloto desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico que, com base no histórico das inspecções CCTV efectuadas aos emissários de Barcarena, Sassoeiros, Marianas, Caparide e Castelhana permitirá prever, ao longo do tempo, a evolução da degradação destes emissários, com vista à optimização dos trabalhos de operação da rede de drenagem do SSCE.
- 4. Projecto AWARE-P “Advanced Water Asset Rehabilitation in Portugal”** – Projecto desenvolvido pelo LNEC, que visa o estabelecimento de ferramentas de apoio à decisão em termos de reabilitação de colectores.

COMPROMISSO

POTENCIAR A PARTILHA DE CONHECIMENTO E A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A SANEST tem como política de inovação a incorporação continua de novos conhecimentos, colaborando activamente no apoio a estudantes e instituições universitárias e de investigação para o desenvolvimento de trabalhos de teses finais de licenciatura, teses de mestrado e doutoramento e trabalhos de investigação.

Em 2010 foi realizado um investimento total no valor de 280.116,7 Euros em Investigação e Desenvolvimento. Destacam-se os seguintes projectos:



Tese de Doutoramento -
"Monitorização de variáveis hidráulicas
e qualidade da água em sistemas de
drenagem de águas residuais"

Utilização de dados de medidores de
caudal do Sistema de Saneamento
da Costa do Estoril e dados
recolhidos por espectrofotometro
portátil para criação de modelos de
previsão da qualidade e quantidade
das águas residuais nos colectores alvo
do estudo.

Tese de mestrado relacionada com
tecnologias de tratamento de lamas

Análise quantitativa e qualitativa das
lamas produzidas na ETFS para
determinação do destino final mais
adequado, tendo em conta os custos
económicos e ambientais associados e
o estabelecido na legislação em vigor.

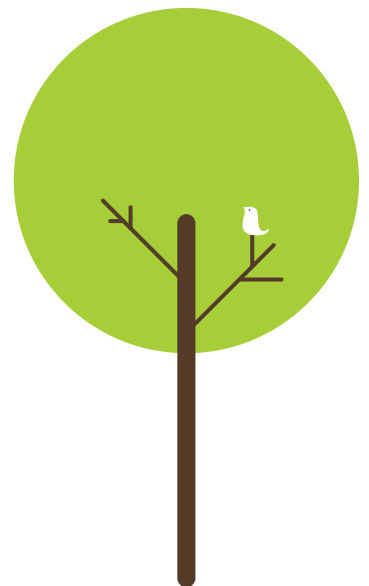
Tese final de licenciatura em Engenharia
do Ambiente com o tema
"Determinação e Remoção de Óleos e
Gorduras em Águas Residuais Urbanas"

Origem dos óleos e gorduras em
águas residuais urbanas; Caracterização
de águas residuais urbanas em óleos e
gorduras – amostragem e métodos
analíticos; Consequências da não
remoção de óleos e gorduras para o
tratamento subsequente; Tecnologias
de remoção de óleos e gorduras em
águas residuais urbanas; Destino final
dos óleos e gorduras removidos.





4. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE



4.1. ÍNDICE GRI

ÍNDICE GRI		
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE	RESPOSTA	PÁGINAS
1.1 Mensagem do Presidente		6-7
1.2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades		16,18,31-33
2. PERFIL ORGANIZACIONAL	RESPOSTA	PÁGINAS
2.1 Nome da organização		9
2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços		15
2.3 Estrutura operacional da organização		31
2.4 Localização da sede da organização		14
2.5 Países em que a organização opera		14
2.6 Tipo e natureza jurídica da organização		15
2.7 Mercados servidos		14
2.8 Dimensão da organização		16
2.9 Mudanças significativas realizadas		21
2.10 Prémios/reconhecimentos recebidos		35
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO	RESPOSTA	PÁGINAS
Perfil do Relatório		
3.1 Período a que se referem as informações		9
3.2 Data do relatório mais recente		9
3.3 Ciclo de reporte		9
3.4 Contactos para questões relacionadas com o relatório ou o seu conteúdo		11
Âmbito e Limites do Relatório		
3.5 Processo para a definição do conteúdo do relatório		9-10
3.6 Limites do relatório		14
3.7 Outras limitações de âmbito específico		9
3.8 Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações subcontratadas e outras organizações que possam afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações		9
3.9 Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos		10
3.10 Explicação da natureza e das consequências de qualquer reformulação de informações N.A contidas em relatórios anteriores	N.A	–
3.11 Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	N.A	–
Índice de Conteúdo do GRI		
3.12 Tabela que identifica a localização de cada elemento do relatório da GRI		96-108
Verificação		
3.13 Políticas e procedimentos actuais existentes para fornecer verificações externas do relatório		10

ÍNDICE GRI		
4. GOVERNAÇÃO	RESPOSTA	PÁGINAS
4.1	Estrutura de Governação	25-28
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também seja um director executivo (e suas funções dentro da administração da organização)	27
4.3	Declaração do número de membros independentes ou não-executivos	27
4.4	Mecanismos que permitem aos accionistas e trabalhadores fazerem recomendações ao mais alto órgão de governação	43-44
4.5	Relação entre remuneração dos membros do mais alto órgão de governação, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental)	28
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governação para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	31-33
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governação para definir a estratégia da organização para questões relacionadas com temas económicos, ambientais e sociais	26
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estado de sua implementação	17-18
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governação para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	26
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governação especialmente com respeito ao desempenho económico, ambiental e social	28
Compromissos com Iniciativas Externas		
4.11	Explicação sobre como o princípio de precaução é tratado pela organização	31-33
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de , carácter económico ambiental e social que a organização subscreve ou endosse	61,63
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/ internacionais de defesa	86
Participação das Partes Interessadas		
4.14	Lista das principais partes interessadas da organização	43
4.15	Base para identificação e selecção das principais partes interessadas	43
4.16	Formas de consulta às partes interessadas	43-44
4.17	Principais questões e preocupações apontadas pelos interessados como resultado da consulta, e como a organização responde a estas questões e preocupações	43-44

INDICADOR	RESPOSTA	PÁGINAS		
INDICADORES ECONÓMICOS - EC				
FORMAS DE GESTÃO		17-18,31-33, 39-40,83		
ASPECTO: DESEMPENHO ECONÓMICO				
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído (milhares de euros)	67		
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas	33		
EC3	Cobertura das obrigações em matéria de plano de benefícios da organização (valor em euros)	Encargos sobre remunerações ou segurança social Seguro de vida e seguro de saúde; a empresa não dispõe de planos de aposentadoria	98	
EC4	Benefícios financeiros significativos, recebidos pelo governo (valor em euros)	0	98	
ASPECTO: PRESENÇA NO MERCADO				
EC5*	Varição da proporção do salário mais baixo comparado com o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo nacional	1.38	98
EC6	Política, práticas, e proporção das despesas em fornecedores locais (%)	Proporção com fornecedores locais	11	98
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	Os procedimentos de contratação adoptados são os que decorrem da Legislação nacional aos quais a SANEST está submetida	98	

INDICADOR			RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS				
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços fornecidos, essencialmente para benefício público através de compromisso comercial em géneros ou sem fins lucrativos		Projecto de Integração Paisagística dos Espaços Exteriores e Áreas Envolventes da Estação de Tratamento da Fase Líquida e da Estação de Tratamento da Fase Sólida	99
EC9*	Identificação e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a extensão dos impactos			15-16
INDICADORES AMBIENTAIS - EN				
FORMAS DE GESTÃO				17-18,31-33, 39-40,51,83
ASPECTO: MATERIAIS				
EN1	Consumo de materiais por peso ou volume		Consumo de reagentes 115,5 t/ano e Consumo de papel 0,9 t/ano	52-53,99
EN2	Materiais utilizados que são resíduos reciclados de fontes externas		0	99
ASPECTO: ENERGIA				
EN3	Consumo directo de energia, segmentado por fonte primária	Gasolina (GJ/ano) Gasóleo (GJ/ano)	105.7 1.757.7	60,99
EN4	Consumo indirecto de energia, segmentado por fonte primária	Electricidade (GJ/ano)	13.717,4 sendo o valor da energia primária associada de 19,342	60,99
EN5*	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência		ND	-
EN6*	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas		0	-
EN7*	Iniciativas para redução do consumo indirecto de energia e a redução alcançada		ND	-

INDICADOR		RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: ASPECTO ÁGUA			
EN8	Consumo de água segmentado por fonte	Total (m³/ano)	100
EN9*	Fontes de água significativamente afectadas pelas captações de água		Considerado pouco significativo
EN10*	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada		22
ASPECTO: BIODIVERSIDADE			
EN11	Localização e áreas das terras pertencentes à organização, arrendadas ou por ela geridas, em áreas protegidas e em áreas ricas em biodiversidade, exteriores às áreas protegidas		–
EN12	Impactes significativos das actividades, produtos e serviços da organização na biodiversidade em áreas protegidas e em áreas ricas em biodiversidade exteriores às áreas protegidas		56-57
EN13*	Habitats protegidos ou restaurados		–
EN14*	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade		57-59
EN15*	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e da lista de conservação nacional de espécies com habitat em áreas afectadas pelas operações, discriminadas por nível de risco de extinção		ND
ASPECTO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS			
EN16	Total de emissões de gases com efeito de estufa, directas e indirectas, por fonte de energia	Gasolina (t/ano) Gasóleo (t/ano) Electricidade (t/ano) TOTAL (t/ano)	7,25 130,24 1.350,25 1.487,74
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa relevantes, por peso		–

INDICADOR	RESPOSTA	PÁGINAS		
ASPECTO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS (cont.)				
EN18*	Iniciativas de redução das emissões de gases com efeito de estufa e a redução alcançada	Redução ainda sem impacto a quantificar	60,101	
EN19	Emissões de substâncias destruidoras de ozono, por peso		60	
EN20	NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	–	60	
EN21	Total de efluentes líquidos classificados por qualidade e por destino	–	52	
EN22	Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	Resíduos perigosos (t/ano) Valorização (Códigos R) (t/ano) Eliminação (Códigos D) (t/ano) Resíduos não perigosos (t/ano) Valorização (Códigos R) (t/ano) Eliminação (Códigos D) (t/ano)	0.93 0.72 0.21 7.07 6.90 0.18	55,101
EN23	Número e volume total de derrames significativos	0	54,101	
EN24*	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	Não aplicável	101	
EN25*	Identificação, tamanho, estado de protecção, e valor da biodiversidade das fontes de água (e respectivos ecossistemas ou habitats) significativamente afectadas pela descarga e escoamento de água realizados pela organização relatora	Não aplicável	101	

INDICADOR		RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: PRODUTOS E SERVIÇOS			
EN26	Iniciativas de mitigação dos impactes ambientais dos produtos e serviços da organização, e a extensão do impacte da mitigação		57-58
EN27	Percentagem recuperada dos produtos vendidos e das suas respectivas embalagens	Não aplicável	102
ASPECTO: CONFORMIDADE			
EN28	Valor monetário de multas significativas e o número total de sanções não-monetárias, pelo não cumprimento das leis e regulações ambientais	Valor (euros)	0 67,102
ASPECTO: TRANSPORTE			
EN29*	Impactes ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores		Não aplicável 102
ASPECTO: TRANSPORTE			
EN30*	Total de gastos e investimentos ambientais por tipo		– 52
INDICADORES SOCIAIS - EMPREGO - LA			
FORMAS DE GESTÃO			17-18,31-33, 39,63,83
ASPECTO: EMPREGO			
LA1	Mão-de-obra total por tipo de emprego (tempo integral ou parcial), tipo de contrato de trabalho (integral ou parcial) e por região		69
LA2	Criação de empregos e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região		– 72

INDICADOR		RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: EMPREGO (cont.)			
LA3*	Benefícios para os colaboradores a tempo integral, que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial	–	74
ASPECTO: TRABALHO/ RELAÇÕES DE GESTÃO			
LA4	Percentagem de empregados representados por organizações sindicais	–	84
LA5	Período mínimo de anúncio sobre mudanças nas operações da organização relatora, incluindo se está especificado em acordos sindicais	Os prazos adoptados são os que decorrem da Legislação do Trabalho	103
ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL			
LA6*	Percentagem da mão-de-obra total representada em comités formais de saúde e segurança, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam na monitorização e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional (%)	100	103
LA7	Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	–	78
LA8	Educação, formação, aconselhamento, prevenção e programas de controlo de risco para assistir os colaboradores, as suas famílias, ou membros da comunidade, a respeito de doenças	–	74
LA9	Temas relativos a higiene e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	Não aplicável	103
ASPECTO: FORMAÇÃO			
LA10	Média de horas de formação por ano, por empregado e por categoria	N.º Total de Horas de Formação N.º de horas por trabalhador Categorias	3854 45 76

INDICADOR		RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: FORMAÇÃO (cont.)			
LA11*	Programas para gestão de competências e aprendizagem ao longo da vida que suportem a empregabilidade dos empregados e os assistam na gestão dos objectivos de carreira		75
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira (%)	90.70	73
ASPECTO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
LA13	Composição da direcção e do grupo responsável pela governação empresarial; proporção homem/mulher; faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade		70,71
LA14	Rácio entre a média de salário atribuído ao homem e a média de salário atribuído à mulher; na mesma categoria profissional	-	73
INDICADORES SOCIAIS - DIREITOS HUMANOS - HR			
FORMAS DE GESTÃO			31-33, 39,63,83
ASPECTO: PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE PROCESSOS DE COMPRA			
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	-	85
HR2	Percentagem de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	-	85

INDICADOR		RESPOSTA	PÁGINAS	
ASPECTO: PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE PROCESSOS DE COMPRA (cont.)				
HR3*	Total de horas de formação para empregados em políticas e procedimentos relacionadas com os aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que recebeu formação (%)	Percentagem de empregados que recebeu formação	55	76,105
ASPECTO: NÃO DISCRIMINAÇÃO				
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		0	105
ASPECTO: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO				
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode correr risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito		0	83,105
ASPECTO: TRABALHO INFANTIL				
HR6*	Operações identificadas como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil		0	83,105
ASPECTO: TRABALHO FORÇADO E COMPULSÓRIO				
HR7	Operações identificadas como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a sua erradicação		0	83,105
ASPECTO: PRÁTICAS DE SEGURANÇA				
HR8*	Percentagem de pessoal de segurança treinado nas políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações da organização		Não aplicável	105

INDICADOR	RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: DIREITOS INDÍGENAS		
HR9	Número total de ocorrências de violações de direitos das populações indígenas, e acções tomadas	Não aplicável 106
INDICADORES SOCIAIS - SOCIEDADE - SO		
FORMAS DE GESTÃO		17-18,31-33, 39,63,83
ASPECTO: COMUNIDADE		
SO1	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	85-86
ASPECTO: CORRUPÇÃO		
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio analisadas relativamente a riscos associados com corrupção	66
SO3	Percentagem de colaboradores formados nas políticas e procedimentos de anti-corrupção da organização	66
SO4	Acções como resposta a ocorrência de situações de corrupção	66
ASPECTO: POLÍTICA PÚBLICA		
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	A SANEST não mantém nenhuma posição relativamente a políticas públicas 106
SO6*	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	A SANEST não contribui financeiramente para nenhum partido político 106
ASPECTO: CONCORRÊNCIA DESLEAL		
SO7*	Número total de acções judiciais por motivos de concorrência desleal, anti-trust, práticas de monopólio e seus resultados	0 106

INDICADOR	RESPOSTA	PÁGINAS	
ASPECTO: CONCORDÂNCIA			
S08	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulações	0	67,107
INDICADORES SOCIAIS - PRODUTO - PR			
FORMAS DE GESTÃO		39,51,63,83	
ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR			
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Existência de procedimento aprovado	107
PR2*	Número total de ocorrências de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	NA	107
ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS			
PR3	Tipo de informação dos produtos e serviços requeridos pelos procedimentos, e percentagem de produtos e serviços sujeitos a tais requisitos de informação	NA	107
PR4*	Número de ocorrências de não-conformidade com a legislação e códigos voluntários referente a informações e rotulagem do produtos e serviços, por tipo	NA	107
PR5*	Práticas relacionadas com a satisfação do consumidor; incluindo resultados de pesquisa sobre o assunto		43

INDICADOR		RESPOSTA	PÁGINAS
ASPECTO: PUBLICIDADE			
PR6	Programas para adesão a leis, padrões e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios	0	108
PR7*	Programas para adesão a leis, padrões e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios	0	108
ASPECTO: PRIVACIDADE DO CLIENTE			
PR8*	Número total de reclamações substanciadas relacionadas com fuga de informação e perdas de dados de clientes	0	108
ASPECTO: CONCORDÂNCIA			
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	0	67,108

* Indicadores complementares

4.
INDICADORES
DE SUSTENTABILIDADE

4.2.
ÍNDICE GRI



Ao Conselho de Administração da
SANEST – Saneamento da Costa do Estoril S.A.

Verificação independente do Relatório de Sustentabilidade 2010

Introdução

Fomos solicitados pela SANEST – Saneamento da Costa do Estoril S.A. (SANEST), para procedermos à verificação independente do “Relatório de Sustentabilidade 2010” (Relatório). A verificação foi efectuada de acordo com as instruções e critérios definidos pela SANEST, referidos e divulgados no Relatório, e com os princípios e a abrangência descritos no Âmbito.

Responsabilidades

O Conselho de Administração da SANEST é responsável pela preparação do Relatório e divulgação da informação de desempenho apresentada e seus critérios de avaliação bem como pelos sistemas de controlo interno, processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório contendo o nosso parecer sobre a adequação daquela informação baseada nos procedimentos de verificação independente que efectuámos e por referência aos termos acordados. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações.

Âmbito

Os nossos procedimentos de revisão foram planeados e executados de acordo com o *International Standard on Assurance Engagements 3000* (ISAE 3000), e com referência ao *Global Reporting Initiative*, versão 3 (GRI3), de forma a obter um grau moderado de segurança sobre a adequação da informação constante do Relatório bem como dos sistemas e processos que lhe servem de suporte. Os procedimentos executados consistem em indagações e testes analíticos e algum trabalho substantivo, não correspondendo a uma auditoria.

Relativamente à verificação da auto avaliação feita pela gestão dos níveis de conformidade do GRI3, o nosso trabalho consistiu na verificação da consistência com os requisitos da GRI's Reporting Framework Application Levels.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077





Nesta verificação independente, os nossos procedimentos consistiram em:

- (i) Indagações à gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar numa base de amostra a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostra, alguns procedimentos de substanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparação dos dados financeiros e económicos com os constantes do “Relatório e Contas 2010” auditados pelo auditor financeiro, para aferir sobre a validação externa da informação reportada;
- (vii) Confirmar a existência de dados e informações requeridos para atingir o nível A, auto declarado pela SANEST, pela aplicação dos níveis do GRI3.

Conclusões

Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do Relatório não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

Tendo por base a nossa verificação do Relatório e das Directrizes do GRI3, com os pressupostos incluídos no âmbito, concluímos que o Relatório inclui os dados e a informação requeridos para o nível A previsto no GRI3.

Lisboa, 21 de Novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António Joaquim Brochado Correia', written over a light blue horizontal line.

António Joaquim Brochado Correia, ROC

SANEST – Saneamento da Costa do Estoril, S.A.
Área de Sistema de Responsabilidade Empresarial

Rua Flor da Murta, Paço de Arcos Tel.: +351 21 446 2100 E-mail: sanest@sanest.pt
2770-064 Paço de Arcos - Portugal Fax: +351 21 446 2270 Site: www.sanest.pt

